



Demonstrações financeiras consolidadas

30 de junho de 2016

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

ÍNDICE

1. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO	4
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	15
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	20
1 Informação geral	20
2 Base de preparação	24
3 Principais políticas contabilísticas	24
5 Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis	33
6 Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	37
7 Imposto sobre o rendimento	38
8 Ativos e passivos financeiros	43
9 Ativos disponíveis para venda	45
10 Clientes e outras contas a receber	48
11 Instrumentos financeiros derivados	49
12 Caixa e equivalentes de caixa	54
13 Capital social e ações próprias	54
14 Empréstimos obtidos	56
15 Obrigações de benefícios de reforma e outros	59
16 Provisões para outros riscos e encargos	60
17 Fornecedores e outras contas a pagar	61
18 Vendas e prestação de serviços	62
19 Rendimentos e gastos de construção	62
20 Outros rendimentos operacionais	63
21 Fornecimentos e serviços externos	63
22 Gastos com pessoal	64
23 Outros gastos operacionais	64
24 Gastos de financiamento e rendimentos financeiros	65

25	Contribuição extraordinária sobre o setor energético	65
26	Resultado por ação	66
27	Dividendos por ação	66
28	Garantias prestadas	67
29	Partes relacionadas	67
30	Eventos subsequentes	70
4.	ANEXOS	72

1. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 RESULTADOS

No primeiro semestre de 2016, o resultado líquido do Grupo REN ascendeu a 40,5 milhões de euros, um decréscimo de 22,0 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior, influenciado pelos efeitos positivos não recorrentes verificados em 2015 com a venda da participação de 1% que o Grupo detinha na Enagás (16,1 milhões de euros no resultado líquido), e com a recuperação de impostos associados à imparidade/reavaliação de ativos gerada aquando da cisão da REN do Grupo EDP (9,9 milhões de euros), efeitos estes parcialmente compensados pelo bom desempenho do resultado financeiro em 2016. De salientar que os resultados de 2016 refletem a manutenção da Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético, à semelhança do ano anterior (25,9 milhões de euros em 2016 e 25,4 milhões de euros em 2015).

Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o resultado líquido apresentou um crescimento de 4,5% (+2,9 milhões de euros).

O resultado financeiro registou uma melhoria de 7,1% (+3,2 milhões de euros) face ao período homólogo do ano anterior, reflectindo a redução de 0,5 p.p. no custo médio de financiamento, para 3,5% (4,0% em junho de 2015), apesar do aumento de 1,3% na dívida líquida para os 2.526,5 milhões de euros.

O investimento situou-se em 37,6 milhões de euros e as transferências para exploração nos 11,7 milhões de euros, um decréscimo de 61,1 milhões de euros e 64,3 milhões de euros, respetivamente, face ao primeiro semestre de 2015, fruto da aquisição dos ativos de armazenamento subterrâneo de GN à Galp em maio de 2015. De igual modo, o RAB médio diminuiu 36,0 milhões de euros (-1,0%), situando-se nos 3.522,8 milhões de euros.

Principais Indicadores (milhões de euros)	Junho 2016	Junho 2015	Var.%
EBITDA	240,2	254,3	-5,5%
Resultado financeiro ¹	-41,7	-44,8	7,1%
Resultado líquido ²	40,5	62,6	-35,2%
Resultado líquido recorrente	66,5	63,6	4,5%
Capex total	37,6	98,8	-61,9%
Transferências para Exploração (a custos históricos) ³	11,7	76,0	-84,6%
RAB médio (a custos de referência)	3.522,8	3.558,8	-1,0%

¹ Os custos financeiros de 0,5 milhões de euros em junho de 2016 e proveitos de 0,2 milhões de euros em junho de 2015 decorrentes dos Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal – denominado FTR (Financial Transaction Rights), foram reclassificados de resultados financeiros para Proveitos.

² Valor de 2015 reexpresso (ver nota 3 do Relatório e Contas)

³ Inclui aquisições diretas (RAB related).

Principais Indicadores (milhões de euros)	Junho 2016	Junho 2015	Var.%
Dívida líquida	2.526,5	2.494,0	1,3%
Custo médio da dívida	3,5%	4,0%	-0,5p.p.

RESULTADO OPERACIONAL – EBITDA

O EBITDA situou-se nos 240,2 milhões de euros, um decréscimo de 5,5% (-14,0 milhões de euros) face ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA (milhões de euros)	Junho 2016	Junho 2015	Var.%
1) Proveitos de ativos	226,8	220,4	2,9%
Remuneração do RAB	110,3	108,0	2,1%
Diferenças de alisamento (gás)	-1,4	-1,8	18,5%
Remuneração de terrenos	0,1	0,1	-4,5%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,4	0,4	-1,2%
Remuneração de ativos em fim de vida	9,9	9,3	7,1%
Recuperação de amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	98,5	95,5	3,2%
Amortização dos subsídios ao Investimento	9,1	8,9	1,2%
2) Proveitos de Opex	46,8	45,7	2,5%
3) Outros proveitos	7,4	30,3	-75,4%
4) TPE's (capitalizados no investimento)	7,4	7,7	-3,6%
5) Rendimentos de construção – Ativos concessionados (excl. TPE's capitalizados no investimento)	30,3	91,0	-66,7%
6) OPEX	48,0	49,4	-2,8%
Custos com pessoal ¹	25,3	26,3	-4,0%
Custos externos	22,7	23,1	-1,4%
7) Gastos de construção – Ativos concessionados	30,3	91,0	-66,7%
8) Provisões/(reversão)	0,3	-0,2	n.m
9) Imparidades/(reversão)	-0,1	0,6	n.m
10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	240,2	254,3	-5,5%

A contribuir para a evolução negativa do EBITDA está essencialmente o efeito não recorrente da mais-valia gerada em 2015 com a venda da participação de 1% que a REN detinha na Enagás (20,1 milhões de euros no EBITDA), parcialmente compensado pelo crescimento dos proveitos de ativos regulados e pelo aumento da eficiência operacional do grupo.

No que diz respeito à evolução dos proveitos de ativos do grupo destaca-se:

A evolução dos proveitos de recuperação de amortizações (+3,0 milhões de euros), consistente com o aumento da base de ativos bruta regulada.

¹ Inclui custos com formação e seminários e provisões relacionadas com custos com pessoal

O aumento da remuneração da base de ativos regulada¹ (+2,6 milhões de euros), refletindo essencialmente (i) o aumento nas taxas de remuneração dos ativos regulados, em linha com o aumento das OT da República Portuguesa a 10 anos, apesar da redução do RAB médio; e (ii) o efeito da remuneração dos novos ativos de armazenamento subterrâneo de GN, adquiridos à Galp, a partir de maio de 2015. No segmento da electricidade a taxa de remuneração dos ativos passou de 6,74% para 6,85% para ativos com prémio, e de 5,99% para 6,10% para ativos sem prémio, enquanto no sector do gás a taxa de remuneração passou de 7,33% para 7,35%.

Por sua vez, o grupo REN deu continuidade aos esforços de melhoria da eficiência operacional, refletidos na redução de 1,4 milhões de euros no Opex do grupo (-2,8%).

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido do 1º semestre de 2016 situou-se nos 40,5 milhões de euros, um decréscimo de 22,0 milhões de euros (-35,2%) face ao mesmo período do ano anterior, influenciado pela redução de 14,0 milhões de euros no EBITDA, cuja evolução foi afetada pela mais-valia gerada em 2015 com a venda da participação de 1% que a REN detinha na Enagás (20,1 milhões de euros de efeito no EBITDA; 16,1 milhões de euros de efeito no resultado líquido), e pelo aumento dos impostos, explicado pelo efeito não recorrente positivo em resultados de 9,9M€ em 2015 com a recuperação de impostos associados à imparidade/reavaliação de ativos gerada aquando da cisão da REN do Grupo EDP.

Por outro lado verificou-se uma melhoria do resultado financeiro (+3,2 milhões de euros, +7,1%), reflectindo a redução de 0,5 p.p. no custo médio de financiamento, para 3,5% (4,0% em junho de 2015), apesar da evolução da dívida líquida, que cresceu 1,3% para os 2.526,5 milhões de euros.

Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o Resultado Líquido Recorrente do 1º semestre de 2016 apresenta um crescimento de 4,5% (+2,9 milhões de euros). Os itens não recorrentes considerados no primeiro semestre de 2016 e 2015 são os seguintes:

Em 2016: i) Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético definida no Orçamento de Estado para 2016 (25,9 milhões de euros)

Em 2015: i) cost of carry do penhor do Banco Europeu de Investimento (1,9 milhões de euros; 1,4 milhões de euros após efeito fiscal); ii) Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético definida no Orçamento de Estado para 2015 (25,4 milhões de euros); iii) Mais-valia gerada com a venda da participação detida na empresa Enagás (-20,1 milhões de euros; -16,1 milhões de euros após efeito fiscal); iv) efeito relativo à recuperação de impostos associados à reavaliação de ativos (-9,9M€; -9,7M€ líquidos de custos associados e após efeito fiscal)

¹ Inclui efeito de alisamento (gás)

Resultado líquido (milhões de euros)	Junho 2016	Junho 2015	Var.%
EBITDA	240,2	254,3	-5,5%
Amortizações	107,0	104,1	2,8%
Resultado financeiro ¹	-41,7	-44,8	7,1%
Imposto do Exercício	25,1	17,3	44,6%
Contribuição extraordinária s/ sector energético	25,9	25,4	1,9%
Resultado líquido	40,5	62,6	-35,2%
Itens não recorrentes	25,9	1,1	n.m.
Resultado líquido recorrente	66,5	63,6	4,5%

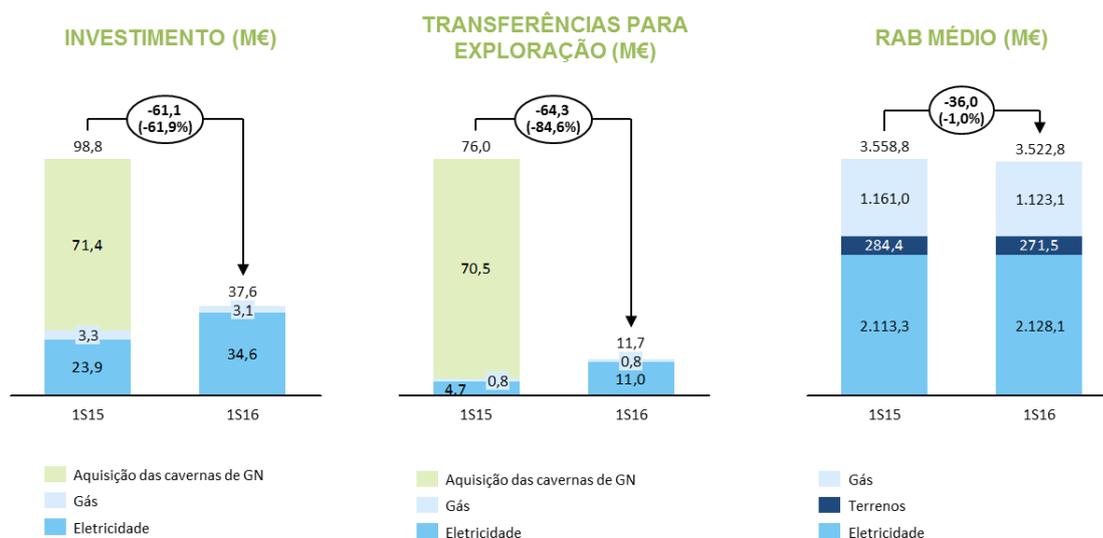
1.2 RAB MÉDIO E INVESTIMENTO

No primeiro semestre de 2016, o investimento atingiu 37,6 milhões de euros, uma redução de 61,1 milhões de euros (-61,9%) face ao mesmo período do ano anterior, e as transferências para exploração situaram-se nos 11,7 milhões de euros, uma redução de 64,3 milhões de euros (-84,6%) face ao primeiro semestre de 2015. Para esta redução contribui essencialmente a evolução no setor do gás natural, reflectindo o efeito da aquisição dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás natural à Galp em Maio de 2015 (71,4 milhões de euros em investimento e 70,5 milhões de euros em transferências para exploração).

No setor elétrico, o investimento no primeiro semestre ascendeu a 34,6 milhões de euros, com destaque para a Linha Pedralva - Ponte de Lima (6,0 milhões de euros), parte integrante do novo eixo a 400kV entre as zonas do Porto e Minho, a remodelação das subestações do Carregado (3,5 milhões de euros) e Porto Alto (2,4 milhões de euros), e a linha Terras Altas Fafe-Riba D'Ave (2,7 milhões de euros). No primeiro semestre de 2016 destaca-se a conclusão da linha Terras Altas Fafe - Riba D'Ave, com um valor total da obra de 6,7 milhões de euros.

O RAB médio diminuiu 36,0 milhões de euros (-1,0%) quando comparado com o 1º semestre do ano anterior, situando-se nos 3.522,8 milhões de euros. Este decréscimo reflecte a redução de 3,3% no sector do gás natural (-37,9 milhões de euros) e -4,5% nos terrenos (-12,9 milhões de euros), parcialmente compensado por um aumento de 0,7% na eletricidade (+14,8 milhões de euros).

¹ Os custos financeiros de 0,5 milhões de euros em junho de 2016 e proveitos de 0,2 milhões de euros em junho de 2015 decorrentes dos Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Espanha e Portugal – denominado FTR (Financial Transaction Rights), foram reclassificados de resultados financeiros para Proveitos.



1.3 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO 1º SEMESTRE DE 2016

- A sociedade The Capital Group Companies, Inc. adquiriu, em 31 de Março de 2016, uma posição qualificada correspondente a 2,0711% do capital social da REN.
- A sociedade Gestmin e o Senhor Manuel Champalimaud venderam nos dias 31 de março e 1, 4 e 5 de abril de 2016, participações que detinham no capital social da REN, reduzindo a sua participação qualificada. Com essa venda a participação qualificada da Gestmin passou a corresponder a 2,72% do capital social da REN SGPS e o Senhor Manuel Champalimaud alienou a totalidade das ações que detinha no capital social da REN. A 2 de maio de 2016, a Gestmin detinha ações representativas de 2,35% do capital social e dos direitos de voto da REN.
- O Senhor Manuel Champalimaud apresentou, a 13 de abril de 2016, ao Presidente do Conselho de Administração da REN a sua renúncia ao cargo de Vogal do Conselho de Administração da REN.
- A sociedade The Capital Group Companies, Inc. alterou a participação que detinha no capital social da REN, em 3 de maio de 2016, passando a deter, direta e indiretamente, uma participação qualificada de 5,0173%. Essa alteração de participação foi também consequência da aquisição, na mesma data, pelo fundo SMALLCAP World Fund, Inc. de uma participação qualificada no capital social da REN, correspondente a 2,6404%, que é

diretamente detida pelo fundo mas que se encontra contabilizada na participação qualificada indiretamente detida pela sociedade The Capital Group Companies, Inc..

- A REN convidou os detentores das obrigações (*Notes*) emitidas ao abrigo do €5,000,000,000 *Euro Medium Term Note Programme*, a trocá-las por dinheiro: (i) €300,000,000 4.125 per cent. *Notes due 2018* (ISIN: PTRELBOE0017) (as “*2018 Notes*”), emitidas pela REN, em 31 de janeiro de 2013 e admitidas à negociação na London Stock Exchange; (ii) €400,000,000 4.750 per cent. *Notes due 2020* (ISIN: XS0982774399) (as “*2020 Notes*” e conjuntamente com as *2018 Notes*, as “*Notes*”), emitidas pela subsidiária integralmente detida pela REN, REN Finance B.V., em 17 de outubro de 2013 e admitidas à negociação na London Stock Exchange. As ofertas dirigiram-se exclusivamente aos detentores das *Notes* que sejam investidores qualificados e o período de oferta terminaria às 17h (CET) do dia 23 de Maio de 2016. Esta operação enquadrou-se no âmbito da gestão das responsabilidades e estrutura de capital do grupo REN.
- O Oferente aceitou todas as intenções válidas de aceitação de troca das *Notes* recebidas na totalidade, sem a aplicação de um pro-rata, correspondentes ao: (i) montante total de €137.200.000 das “*2018 Notes*”; e (ii) montante total de €132.245.000 das “*2020 Notes*”. Consequentemente, a REN Finance B.V. emitiu novas obrigações - as €550,000,000 1.750 per cent. *Notes due 2023* - ao abrigo do mesmo Programa, no montante nominal agregado de €550.000.000, com um prazo de 7 anos, e uma taxa de juro de 1,821%, correspondente à taxa *mid swap* a 7 anos, acrescida de um *spread* de 1,58%.
- O prazo do financiamento concedido pelo Bank of China à REN e à sua subsidiária REN Finance BV foi, em 16 de junho de 2016, estendido até 2021, tendo o montante máximo a disponibilizar ao abrigo desse financiamento sido aumentado para 250 milhões de euros.
- O Relatório & Contas 2015 da REN recebeu uma menção honrosa na categoria "Melhor Relatório e Contas - Setor Não Financeiro" na cerimónia de entrega das *Investor Relations & Governance Awards* (IRGA) 2016, que teve lugar no Convento do Beato a 5 de julho.
- A foi distinguida com o *Grand prix for best overall investor relations na categoria de small cap*, nos IR Magazine Awards - Europe. A REN ficou ainda na short-list na categoria de *Best use of multimedia for IR* pela APP REN para investidores e media.

- A REN posicionou-se em 1.º lugar nos "Most Attractive Employers in Portugal" de 2016, um ranking que revela quais as empresas que mais atraem os jovens universitários em início de carreira.
- A REN lançou em janeiro uma app para dispositivos móveis dirigida a investidores e media, facilitando o acesso a toda a informação da empresa numa plataforma única, incluindo a cotação das ações em tempo real, calendário de eventos financeiros, apresentações institucionais e ainda receber alertas e notificações sobre atualizações do calendário ou anúncios oficiais ao mercado. A app REN ficou em primeiro lugar na categoria de "Mobile Media /app", nos Questar Awards 2016.
- O Relatório e Contas de 2014 da REN foi premiado com a Prata no Festival do Clube de Criativos de Portugal 2016, na categoria Digital e Interactiva. A REN volta assim a ser premiada depois de em 2013 ter sido distinguida com o Bronze na categoria de melhor site Institucional.
- O primeiro carregamento de gás natural liquefeito (GNL) norte-americano destinado à Europa chegou, no dia 26 de abril, às instalações da REN Atlântico, em Sines, a bordo do navio Creole Spirit, que transportava 170.000 m³ de GNL. A quantidade de GNL transportado corresponde a uma semana de consumo de gás em Portugal, ou dois por cento do total de um ano inteiro.

1.4 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2016

- Dada a natureza regulada da maioria dos negócios conduzidos pela REN, a sua performance financeira está estreitamente correlacionada com a remuneração dos seus ativos regulados, estando a remuneração de tais ativos indexada à evolução das obrigações do tesouro a 10 anos. Assim, a evolução de tais obrigações pode originar alterações do resultado financeiro da REN. Saliente-se no entanto que a diminuição do risco da dívida pública é normalmente acompanhada de redução das taxas de juros pelo se prevê que, caso se verifique uma diminuição do risco de dívida pública, ocorra também uma diminuição do custo médio da dívida financeira, originando um aumento dos resultados financeiros.
- O desfecho do processo de contestação da liquidação da CESE referente a 2014 e a 2015 é uma incerteza que pode afetar positivamente a situação financeira da REN. Tendo a REN

procedido ao pagamento da CESE, um desfecho favorável do processo em curso implicará a devolução dos montantes pagos à Autoridade Tributária.

- A REN enfrenta o desafio da internacionalização, procurando executar o primeiro investimento internacional e assim diversificar o portfolio de negócio. Os mercados da América Latina e África continuam entre as prioridades, nos quais serão avaliadas oportunidades de forma seletiva, mas o efetivo investimento em tais mercados é ainda uma incerteza.

1.5 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O PERÍODO INTERCALAR ENTRE 1 DE ABRIL E 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015

Demonstrações consolidadas dos resultados (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	01.04.2016 a 30.06.2016	01.04.2015 a 30.06.2015
Vendas	59	338
Prestações de serviços	135.247	132.630
Rendimentos de construção em ativos concessionados	26.315	90.262
Ganhos e perdas imputados de associadas e empreendimentos conjuntos	429	184
Outros rendimentos operacionais	5.197	5.548
Total dos rendimentos operacionais	167.248	228.962
Custo das vendas	(93)	(320)
Gastos de construção em ativos concessionados	(22.400)	(86.286)
Fornecimentos e serviços externos	(9.351)	(9.541)
Gastos com pessoal	(12.631)	(13.702)
Depreciações e amortizações do exercício	(53.477)	(52.176)
Reversões / (reforços) de provisões	(322)	245
Reversões / (reforços) de imparidades	120	(600)
Outros gastos operacionais	(3.100)	(2.897)
Total dos gastos operacionais	(101.253)	(165.278)
Resultado operacional	65.995	63.684
Gastos de financiamento	(24.209)	(27.135)
Rendimentos financeiros	1.381	2.846
Dividendos de empresas participadas	4.260	4.036
Resultado financeiro	(18.567)	(20.254)
Resultado consolidado antes de impostos	47.428	43.430
Imposto sobre o rendimento	(12.982)	(1.182)
Resultado líquido consolidado do período	34.446	42.247
Atribuível a:		
Acionistas do grupo REN	34.446	42.247
Resultado líquido consolidado do período	34.446	42.247
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	0,06	0,07

Demonstrações consolidadas do rendimento integral (informação não auditada)

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	01.04.2016 a 30.06.2016	01.04.2015 a 30.06.2015
Resultado líquido consolidado do período	34.446	42.247
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:		
Itens que não serão reclassificados para resultados:		
Ganhos / (perdas) actuariais	(87)	739
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	25	(214)
Outras variações de capital próprio	-	30
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:		
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	(1.908)	20.671
Efeito fiscal da reserva de cobertura	401	(4.341)
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	5.920	(1.138)
Efeito fiscal da reserva de justo valor	(1.243)	1.097
Total do rendimento consolidado integral do período	37.554	59.092
Atribuível a:		
Acionistas	37.554	59.092
	37.554	59.092

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

30 DE JUNHO DE 2016

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações consolidadas da posição financeira em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	jun 2016	dez 2015
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	541	695
Goodwill		3.774	3.774
Ativos intangíveis	5	3.799.765	3.869.085
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	6	15.314	14.588
Ativos disponíveis para venda	9	159.981	154.862
Instrumentos financeiros derivados	11	35.933	10.157
Outros ativos financeiros	8	10	7
Clientes e outras contas a receber	10	99.988	133.676
Ativos por impostos diferidos	7	67.389	65.838
		4.182.695	4.252.682
Corrente			
Inventários		2.913	2.985
Clientes e outras contas a receber	10	361.225	263.766
Imposto sobre o rendimento a receber	7	6.240	5.358
Outros ativos financeiros	8	1.345	1.510
Caixa e equivalentes de caixa	12	68.405	63.652
		440.128	337.271
Total do Ativo	4	4.622.822	4.589.953
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	13	534.000	534.000
Ações próprias	13	(10.728)	(10.728)
Reservas	13	320.753	325.619
Resultados acumulados		217.463	196.253
Outras variações no capital próprio		30	30
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		40.530	116.115
Total capital próprio		1.102.049	1.161.289
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos obtidos	14	2.097.355	1.891.245
Obrigações de benefícios de reforma e outros	15	126.838	129.217
Instrumentos financeiros derivados	11	19.980	8.426
Provisões para outros riscos e encargos	16	6.014	5.717
Fornecedores e outras contas a pagar	17	323.673	332.232
Passivos por impostos diferidos	7	86.853	88.249
		2.660.714	2.455.086
Corrente			
Empréstimos obtidos	14	539.644	650.755
Provisões para outros riscos e encargos	16	912	1.171
Fornecedores e outras contas a pagar	17	288.162	315.735
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	28.309	-
Instrumentos financeiros derivados	11	3.033	5.918
		860.060	973.579
Total Passivo	4	3.520.773	3.428.664
Total do capital próprio e passivo		4.622.822	4.589.953

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos resultados para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	jun 2016	jun 2015
Vendas	4 e 18	154	400
Prestações de serviços	4 e 18	270.405	264.634
Rendimentos de construção em ativos concessionados	4 e 19	37.640	98.632
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	6	726	396
Outros rendimentos operacionais	20	10.262	30.863
Total dos rendimentos operacionais		319.188	394.926
Custo das vendas		(207)	(425)
Gastos de construção em ativos concessionados	19	(30.260)	(90.979)
Fornecimentos e serviços externos	21	(16.047)	(16.666)
Gastos com pessoal	22	(25.075)	(26.233)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(107.038)	(104.103)
Reversões / (reforços) de provisões	16	(322)	245
Reversões / (perdas) por imparidade	9 e 10	120	(600)
Outros gastos operacionais	23	(6.665)	(6.218)
Total dos gastos operacionais		(185.494)	(244.979)
Resultado operacional		133.693	149.947
Gastos de financiamento	24	(50.763)	(55.105)
Rendimentos financeiros	24	4.368	6.467
Dividendos de empresas participadas	9	4.260	4.036
Resultado financeiro		(42.135)	(44.602)
Resultado consolidado antes de impostos		91.559	105.345
Imposto sobre o rendimento	7	(25.091)	(17.348)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	25	(25.938)	(25.445) (a)
Resultado líquido consolidado do período		40.530	62.552
Atribuível a:			
Acionistas do grupo REN		40.530	62.552
Interesses não controlados		-	-
Resultado líquido consolidado do período		40.530	62.552
Resultado por ação (Básico e Diluído) -Euros	26	0,08	0,12

(a) Montante reexpresso (Nota 3)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	30 de junho	
		2016	2015
Resultado líquido consolidado do período		40.530	62.552 (a)
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:			
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados:</i>			
Ganhos / (perdas) actuariais	15	(87)	739
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) atuariais	7	25	(214)
Outras variações de capital próprio		-	30
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados:</i>			
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	11	(13.976)	16.099
Efeito fiscal da reserva de cobertura	7 e 11	2.935	(3.381)
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	9	4.824	3.035
Efeito fiscal da reserva de justo valor	7 e 9	(2.841)	221
<i>Ajustamentos de reclassificação:</i>			
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	9	-	(20.083)
Efeito fiscal da reserva de justo valor	7 e 9	-	3.966
Total do rendimento consolidado integral do período		31.411	62.964
Atribuível a:			
Acionistas		31.411	62.964
Interesses não controlados		-	-
		31.411	62.964

(a) Montante reexpresso (Nota 3)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Atribuível aos acionistas								Resultado período	Total
		Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva justo valor (Nota 9)	Reserva cobertura (Nota 11)	Outras Reservas	Outras variações	Resultados acumulados		
A 1 de janeiro de 2015		534.000	(10.728)	97.295	60.313	(19.468)	177.482	-	183.896	112.777	1.135.567
Total do rendimento integral do período (a)		-	-	-	(12.861)	12.718	-	30	525	62.552	62.964
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	-	-	-	(90.650)	-	(90.650)
Aplicação de resultados		-	-	5.313	-	-	-	-	107.464	(112.777)	-
A 30 de junho de 2015		534.000	(10.728)	102.608	47.452	(6.750)	177.482	30	201.235	62.552	1.107.881
A 1 de janeiro de 2016		534.000	(10.728)	102.608	54.489	(8.960)	177.482	30	196.253	116.115	1.161.289
Total do rendimento integral do período		-	-	-	1.983	(11.041)	-	-	(62)	40.530	31.411
Distribuição de dividendos	27	-	-	-	-	-	-	-	(90.650)	-	(90.650)
Aplicação de resultados		-	-	4.192	-	-	-	-	111.922	(116.115)	-
A 30 de junho de 2016		534.000	(10.728)	106.800	56.472	(20.001)	177.482	30	217.463	40.530	1.102.049

(a) Montante reexpresso (Nota 3)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	jun 2016	jun 2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		902.689 a)	1.097.928 a)
Pagamentos a fornecedores		(685.652) a)	(867.671) a)
Pagamentos ao pessoal		(31.173)	(31.446)
Recebimento/(pagamento) do imposto sobre o rendimento		(673)	(588)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(28.732)	(53.278)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		156.460	144.946
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos disponíveis para venda	9	-	63.278
Subsídios ao investimento		100	-
Juros e rendimentos similares		4	122
Dividendos	9	2.326	1.203
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos disponíveis para venda	9	(202)	-
Ativos fixos tangíveis		(17)	(2)
Ativos intangíveis - ativos de concessão		(81.966)	(150.984)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		(79.755)	(86.383)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2.863.000	1.151.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2.759.489)	(1.113.896)
Juros e gastos similares		(86.822)	(50.219)
Dividendos	27	(90.650)	(90.650)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		(73.961)	(103.765)
Aumento líquido (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		2.744	(45.203)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12	63.539	112.599
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12	66.283	67.397
Detalhe da caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	12	21	22
Descobertos bancários	12	(2.121)	(594)
Depósitos bancários	12	68.384	67.969
		66.283	67.397

(a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente, e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016

1 Informação geral

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN” ou “Empresa” e conjuntamente com as suas subsidiárias designada por “Grupo” ou “ Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “*unbundling*” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “*holding*” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN - Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

a) REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do SEP;

b) REN Trading, S.A. constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada, junto dos distribuidores nacionais e internacionais;

c) Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no sector do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

A REN SGPS detém a 100% a empresa REN Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a

quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

Em 10 de maio de 2013 foi constituída a REN Finance, B.V., empresa totalmente detida pela REN SGPS, com sede na Holanda, cujo objeto social é participar, financiar, colaborar e conduzir a gestão de empresas relacionadas.

Adicionalmente, em 24 de maio de 2013, em conjunto com a China Electric Power Research Institute, sociedade do Grupo State Grid, foi constituído o Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”) em regime de *Joint Venture* no qual o Grupo detém 1.500.000 ações representativas de 50% do respetivo capital.

O objeto social desta sociedade visa a implementação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Portugal, dedicado à pesquisa, desenvolvimento, inovação e demonstração nas áreas de transporte de eletricidade e gestão de sistemas, a prestação de serviços de consultoria e serviços de educação e formação no âmbito destas atividades, bem como a realização de todas as atividades conexas e a prestação de serviços complementares, conexas ou acessórios ao seu objeto social.

Em 30 de junho de 2016 a REN possui ainda:

a) Uma participação de 40% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (“OMIP SGPS”) que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas. Esta sociedade detém as participações no capital do OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia (Polo Português), SGMR, S.A. (“OMIP”) que assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL juntamente com a OMIClear (Câmara de compensação do Mercado Energético), uma empresa constituída e detida pelo OMIP, e cujo papel é o de câmara de compensação e de contraparte central das operações realizadas no mercado a prazo;

b) Duas participações de 10%: (i) no capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único e (ii) no capital social da Coreso, S.A. (“Coreso”), entidade que assiste os operadores das redes de transporte (“TSO”) Europeus em atividade de coordenação e segurança para permitir o fornecimento de eletricidade em segurança na Europa;

c) Participações no capital social das empresas: (i) Medgrid, SAS, participação de 8%; (ii) Hidroelétrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”), participação de 7,5%; e (iii) MIBGÁS, S.A., participação de 6,67%; e

d) Uma participação de 1% na Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”), entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha;

Perímetro de consolidação

As Empresas incluídas no perímetro consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e principais atividades em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Actividade	30 de junho de 2016		31 de dezembro de 2015	
		Percentagem de capital detido Grupo	Percentagem de capital detido Individual	Percentagem de capital detido Grupo	Percentagem de capital detido Individual
EMPRESA MÃE:					
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	-	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS					
Segmento da Electricidade:					
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100%	100%	100%	100%
REN Trading, S.A. Praça de Alvalade, nº7 - 12º Dto, Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de eletricidade e de gás natural	100%	100%	100%	100%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar	100%	100%	100%	100%
Segmento de Telecomunicações:					
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100%	100%	100%	100%
Outros segmentos:					
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back Office e gestão de participações sociais	100%	100%	100%	100%
REN Finance, B.V. De Cuserstraat, 93, 1081 CN Amsterdam, The Netherlands	Participar, financiar, colaborar, conduzir a gestão de empresas relacionadas com o Grupo REN	100%	100%	100%	100%
Segmento do Gás Natural:					
REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100%	100%	100%	100%
Detida pela REN Serviços, S.A.:					
REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12º - Lisboa	Gestão de projetos e empreendimentos no setor do gás natural	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Gás, S.A.:					
REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Desenvolvimento, manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100%	-	100%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100%	-	100%	-

Não existiram alterações ao perímetro de consolidação em 2016 face ao reportado em 31 de dezembro de 2015.

Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas semestrais

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de julho de 2016. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34). As demonstrações financeiras apresentadas de forma condensada, devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de Euros - mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

3 Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2016.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, que as Normas Internacionais de Relato financeiro (“IFRS” - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações - SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standard Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2015. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

IFRIC 21 - Taxas

A IFRIC 21 - Taxas é numa interpretação à IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos e pretende esclarecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento, sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Em consequência de uma interpretação contabilística da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”), relativa ao tratamento contabilístico da Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (“CESE”), a REN passou a reconhecer na demonstração consolidada dos resultados a totalidade do gasto e respetivo passivo, no dia 1 de janeiro, em vez do reconhecimento diferido desse gasto ao longo do exercício.

Consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, apresentadas para efeitos comparativos, foram reexpressas de forma a incluir o mesmo critério de reconhecimento, tendo como efeito um acréscimo da rubrica de “Contribuição extraordinária sobre o setor energético” (e como tal uma redução do Resultado líquido do período de seis meses findos em 30 de junho de 2015), por contrapartida da rubrica de “Diferimentos”, no montante de 12.723 milhares de Euros.

De referir que, a aplicação desta interpretação não afeta os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas anuais, mas apenas as demonstrações financeiras consolidadas intercalares.

Adoção de normas e interpretações novas emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016:

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012) - Ciclicamente são introduzidos melhoramentos que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2010-2012 incidiram na revisão, nomeadamente, da IAS 16 (esclarece o tratamento contabilístico a aplicar quando a entidade adote o método de revalorização na mensuração subsequente de Ativos fixos tangíveis), IFRS 3 (clarifica alguns aspetos no registo de uma retribuição contingente incluída numa concentração de atividade empresarial) e IFRS 8 (introduz novos requisitos de divulgação: (i) julgamento da gestão para agregação de segmentos operacionais, e (ii) reconciliação entre os ativos por segmentos e os ativos da entidade).
Destas alterações não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IAS 19 "Benefícios dos Empregados" (alteração) - Esta alteração vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.
- IAS 1 "Apresentação de Demonstrações Financeiras" (alteração) - Esta alteração faz parte de um projeto de reforma abrangente dos princípios e requisitos de apresentação e divulgação do relato financeiro (*Disclosure initiative*), constituindo esta revisão o primeiro passo desse projeto. Consequentemente, esta alteração procede à alteração de um conjunto de divulgações previstas na IAS 1.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014) - Ciclicamente são introduzidos melhoramentos que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2012-2014 incidiram na revisão das seguintes normas: IFRS 5 (clarifica que a reclassificação de Ativo para distribuição aos proprietários para Ativo detido para venda, ou o contrário, não se qualifica como uma alteração ao plano inicial de vender); IFRS 7 (esta emenda insere informação adicional relativa ao conceito de Envolvimento continuado); IAS 19 (visa clarificar o modo de cálculo da taxa de desconto, indicando que o cálculo deve ser determinado por referência a obrigações de alta qualidade); e IAS 34 (esclarece a forma como devem ser apresentadas as divulgações no âmbito do relato financeiro intercalar).

Destas alterações não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 27 "Demonstrações financeiras separadas" (alteração) - Esta alteração visa restabelecer o método da equivalência patrimonial como uma opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, *joint ventures* e associadas nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 16 "Ativos fixos tangíveis" e IAS 41 "Agricultura" (alteração) - Introduz alterações ao tratamento contabilístico dos ativos biológicos, de acordo com o qual as Plantas destinadas à produção devem ser contabilizadas do mesmo modo que os Ativos fixos tangíveis, de acordo com a IAS 16, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.

Destas alterações não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 16 "Ativos fixos tangíveis" e IAS 38 "Ativos intangíveis" (alteração) - As emendas vêm clarificar quais os métodos de depreciação e amortização de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis que são permitidos.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IFRS 11 “Acordos conjuntos” (alteração) - Esta alteração exige ao adquirente de uma participação numa operação conjunta, em que a atividade é um negócio (como definido na IFRS 3 - Concentração de atividades empresariais): (i) aplicar todos os princípios contabilísticos de concentrações de atividades empresariais previstos na IFRS 3 e outras IFRS, com exceção dos princípios que entram em conflito com a orientação da IFRS 11; e (ii) divulgar as informações requeridas pela IFRS 3 e outras IFRS para concentrações de atividades empresariais.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

Normas e interpretações, emendadas ou revistas não aprovadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Resumo
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	01-jan-18	Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e para a aplicação das regras da contabilidade de cobertura. A IFRS 14 vem estabelecer os requisitos de relato por parte de entidades que adotam pela 1ª vez o normativo IFRS aplicáveis a itens regulatórios, permitindo a manutenção das políticas contabilísticas do normativo anterior quanto ao reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e imparidade.
IFRS 14 - Contas diferidas regulatórias	-	A IFRS prevê a apresentação dos itens regulatórios reconhecidos separadamente dos restantes ativos e passivos, bem como dos gastos e rendimentos.
IFRS 15- Rêdito de contratos com clientes	01-jan-18	Esta norma pretende substituir as atuais normas do rêdito (IAS 11 e IAS 18) e vem clarificar os princípios de reconhecimento do rêdito, tornando consistente a sua aplicação às diversas transações e atividades económicas.
IFRS 16 - Locações	01-jan-19	Esta norma pretende substituir as atuais normas de locações (IAS 17, IFRIC 4, SIC-15 e SIC-27) e vem clarificar os princípios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgações das locações.
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgação de interesses noutras entidades e IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	01-jan-16	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	Esta alteração deriva de um conflito entre a IAS 28 e a IFRS 10 no reconhecimento do ganho proveniente da alienação de uma empresa subsidiária (com perda de controlo) a uma adquirente que é, simultaneamente, uma empresa associada ou Joint Venture do investidor. Esta alteração estabelece que o ganho deverá, por um lado, ser reconhecido por inteiro no caso da alienação se enquadrar como uma concentração de atividades empresariais), no âmbito da IFRS 3, e por outro lado, reconhecer somente a sua quota parte do ganho quando se trate de uma aquisição de ativos ou conjunto de ativos.
Alterações à IAS 12 - Reconhecimento de ativo por imposto diferido em perdas não realizadas	01-jan-17	O objetivo desta alteração é clarificar a contabilização de um Ativo por imposto diferido numa perda não realizada, no âmbito de um instrumento de dívida mensurado ao justo valor.
Alterações à IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa	01-jan-17	O objetivo desta alteração, que se insere no projeto de reforma abrangente dos princípios e requisitos de apresentação e divulgação do relato financeiro (<i>disclosure initiative</i>), é permitir aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações decorrentes das atividades de financiamento. Para este efeito, esta alteração estabelece requisitos de divulgação adicionais quanto às atividades de financiamento.
Alterações à IFRS 15 - Rêdito de contrato com clientes	01-jan-18	Estas emendas vêm clarificar como os princípios estabelecidos na IFRS 15 devem ser aplicados.
Alterações à IFRS 2 - Pagamento com base em ações	01-jan-18	Esta alteração vem clarificar algumas definições, nomeadamente, a definição de condições de aquisição e condições de mercado, por forma a assegurar a consistência na classificação dos pagamentos baseados em ações.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 30 de junho de 2016.

4. Informação por segmentos

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócios, a Eletricidade e o Gás, e um segmento secundário. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia (CAE) não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão, a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, a operação de regaseificação no terminal GNL e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços a um único utilizador, o qual é também o principal utilizador da rede de transporte de gás em alta pressão, considerou-se que as mesmas estão sujeitas a riscos e benefícios similares.

O segmento de telecomunicações é também apresentado separadamente embora não se qualifique para divulgação.

A gestão dos financiamentos externos encontra-se centralizada na REN SGPS, S.A., tendo a Empresa optado pela apresentação das rubricas do ativo e do passivo separadas das eliminações efetuadas no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tal como utilizado pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os resultados por segmento para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	182.045	85.860	2.632	16.706	(16.683)	270.559
Inter-segmentos	384	218	31	16.050	(16.683)	-
Externas	181.661	85.642	2.601	655	-	270.559
Rendimentos de construção em activos concessionados	34.583	3.057	-	-	-	37.640
Gastos de construção em activos concessionados	(28.212)	(2.048)	-	-	-	(30.260)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	726	-	726
Fornecimentos e serviços externos	(18.202)	(10.454)	(803)	(6.593)	20.004	(16.047)
Gastos com pessoal	(10.428)	(4.034)	(122)	(10.492)	-	(25.075)
Outros gastos e rendimentos operacionais	5.492	954	(109)	778	(3.725)	3.391
Cash flow operacional	165.279	73.334	1.599	1.125	(404)	240.933
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	4.260	-	4.260
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(77.101)	(29.821)	-	(116)	-	(107.038)
Reversões / (reforços) de provisões	(319)	(3)	-	-	-	(322)
Imparidade	28	-	-	92	-	120
Resultados de financiamento						
Rendimentos de financiamento	5	7.297	17	81.509	(84.460)	4.368
Gastos de financiamento	(36.506)	(17.270)	(1)	(81.850)	84.864	(50.763)
Resultado antes de impostos	51.386	33.537	1.615	5.021	-	91.559
Imposto sobre o rendimento	(14.815)	(8.847)	(361)	(1.068)	-	(25.091)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(18.302)	(7.635)	-	-	-	(25.938)
Resultado líquido do período	18.269	17.054	1.254	3.953	-	40.530

Os resultados por segmento para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	176.173	86.042	2.863	19.072	(19.115)	265.034
Inter-segmentos	300	306	35	18.474	(19.115)	-
Externas	175.873	85.736	2.828	597	-	265.034
Rendimentos de construção em activos concessionados	23.873	74.760	-	-	-	98.632
Gastos de construção em activos concessionados	(17.385)	(73.594)	-	-	-	(90.979)
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	396	-	396
Fornecimentos e serviços externos	(19.507)	(11.651)	(849)	(9.324)	24.666	(16.666)
Gastos com pessoal	(12.021)	(3.774)	(136)	(10.303)	-	(26.233)
Outros gastos e rendimentos operacionais	8.384	984	(223)	20.625	(5.550)	24.220
Cash flow operacional	159.517	72.768	1.655	20.466	-	254.405
Rendimentos de participação capital (dividendos)	-	-	-	4.036	-	4.036
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(75.309)	(28.676)	(6)	(111)	-	(104.103)
Reversões / (reforços) de provisões	(67)	345	-	(33)	-	245
Imparidades	-	-	-	(600)	-	(600)
Resultados de financiamento						
Rendimentos de financiamento	46	8.834	47	87.668	(90.127)	6.467
Gastos de financiamento	(36.997)	(17.314)	(0)	(90.920)	90.127	(55.105)
Resultado antes de impostos	47.189	35.956	1.695	20.506	-	105.345
Imposto sobre o rendimento	(3.774)	(9.651)	(394)	(3.530)	-	(17.348)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(18.203)	(7.242)	-	-	-	(25.445)
Resultado líquido do período	25.212	19.063	1.302	16.975	-	62.552

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento “Outros” refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de administração e de *back office* a entidades do Grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	518.270	-	1.377.308	(1.895.578)	-
Ativos intangíveis e tangíveis	2.605.294	1.194.521	-	491	-	3.800.306
Outros ativos	525.350	532.312	5.981	4.765.764	(5.006.891)	822.516
Total do ativo	3.130.645	2.245.103	5.981	6.143.563	(6.902.469)	4.622.822
Total do passivo	2.574.642	1.063.638	3.244	4.886.139	(5.006.891)	3.520.773
Total do investimento	34.499	3.146	-	-	-	37.645
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	5	-	-	-	-	5
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	34.494	3.146	-	-	-	37.640
Investimentos em associadas (Nota 6)	-	-	-	12.711	-	12.711
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	-	-	2.603	-	2.603

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	536.982	-	1.495.291	(2.032.272)	-
Ativos intangíveis e tangíveis	2.647.770	1.221.372	-	637	-	3.869.780
Outros ativos	454.256	508.041	6.891	4.162.452	(4.411.466)	720.173
Total do ativo	3.102.026	2.266.396	6.891	5.658.379	(6.443.739)	4.589.953
Total do passivo	2.513.407	1.050.103	2.991	4.273.631	(4.411.466)	3.428.664
Total do investimento	148.181	91.887	-	295	-	240.364
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	67	-	-	295	-	362
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	148.114	91.887	-	-	-	240.002
Investimentos em associadas (Nota 6)	-	-	-	12.395	-	12.395
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	-	-	2.193	-	2.193

Os passivos incluídos no segmento “Outros” correspondem, essencialmente, a financiamentos externos obtidos diretamente pela REN SGPS, S.A. e REN Finance, B.V. para financiamento das diversas atividades do Grupo REN.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo incluídas no perímetro de cada segmento, corrigidas da anulação das transações intra-segmentos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 de janeiro de 2015			Movimentos					31 de dezembro de 2015		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(100)	2	-	-	-	(2)	-	103	(103)	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	27	-	-	(4)	-	27	(4)	23
Equipamento de transporte	1.330	(746)	585	267	(559)	-	(217)	493	1.038	(469)	569
Equipamento administrativo	257	(162)	95	68	(23)	-	(54)	15	302	(201)	102
	1.690	(1.008)	682	362	(582)	-	(276)	508	1.470	(776)	695
	1 de janeiro de 2015			Movimentos					31 de dezembro de 2015		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Amortização - exercício	Amortização - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis											
Ativos de concessão	6.982.322	(3.197.824)	3.784.498	75.512	(2.151)	156.464	(209.026)	2.033	7.212.146	(3.404.818)	3.807.329
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	53.730	-	53.730	164.489	-	(156.464)	-	-	61.756	-	61.756
	7.036.052	(3.197.824)	3.838.228	240.002	(2.151)	-	(209.026)	2.033	7.273.902	(3.404.818)	3.869.085
Total do ativo fixo tangível e intangível	7.037.742	(3.198.832)	3.838.910	240.364	(2.733)	-	(209.303)	2.541	7.275.373	(3.405.593)	3.869.779

As adições registadas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 referem-se aos direitos subjacentes aos investimentos na construção/renovação e expansão das redes de transporte de eletricidade e gás natural.

As adições verificadas em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 detalham-se como se segue:

	jun 2016	dez 2015
Segmento eletricidade		
Construção de linhas de 220KV	329	18.661
Construção de linha de 400 KV	6.823	49.865
Construção de outras linhas	3.559	6.555
Construção de novas subestações	2.554	18.735
Ampliação de subestações	16.485	38.499
Outras remodelações em subestações	399	3.764
Melhorias no sistema de informação e telecomunicações	2.449	6.427
Construção zona piloto - energia das ondas	101	317
Remodelação de edifícios afectos à concessão	1.273	3.334
Outros ativos	521	2.023
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	2.430	7.374
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	312	10.763
Ativos de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	-	71.451
Projectos construção e upgrade de operacionalidade - Instalações de GNL	404	2.299
Segmentos outros		
Outros ativos	5	295
Total das adições	37.645	240.364

As principais transferências nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 detalham-se como se segue:

	jun 2016	dez 2015
Segmento eletricidade		
Construção de linhas de 220KV	-	16.869
Construção de linha de 400 KV	-	41.184
Construção de outras linhas	6.664	403
Subestações novas	-	25.552
Ampliação de subestações	750	35.736
Outras remodelações em subestações	434	5.877
Sistema de informação e telecomunicações	491	6.605
Edifícios afetos à concessão	2.235	3.689
Outros ativos concessionados	101	1.292
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	726	6.262
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	-	10.467
Projectos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	-	2.530
Total das transferências	11.401	156.464

Os ativos intangíveis em curso em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são conforme se segue:

	jun 2016	dez 2015
Segmento eletricidade		
Projetos de linhas 150KV/220KV e 400KV	34.866	30.819
Ampliação e remodelação de subestações	29.432	13.731
Projetos de novas estações	7.096	4.541
Outros projetos	3.360	1.215
Remodelação de edifícios afectos à concessão	1.037	1.999
Segmento gás		
Projectos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	8.284	6.580
Projecto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	3.179	2.868
Projectos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	407	2
Total do ativo em curso	87.661	61.756

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no período findo em 30 de junho de 2016, ascenderam a 1.263 milhares de Euros (1.139 milhares de Euros em 30 de junho de 2015), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 6.117 milhares de Euros (6.514 milhares de Euros em 30 de junho de 2015) (Nota 19).

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e o valor atual do passivo das locações financeiras em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são detalhados como se segue:

	jun 2016	dez 2015
Valor bruto	5.037	5.153
Amortizações e depreciações acumuladas	(2.183)	(1.749)
Valor líquido	2.854	3.404

6 Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a informação financeira relativa às participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos detidas detalha-se da seguinte forma:

Informação financeira												Fração de capital detida		
30 de junho de 2016														
Empresa	Atividade	Sede social	Capital social	Ativos corrente	Ativos não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos	Resultado líquido	Outro rendimento integral	Rendimento integral total	%	Valor escriturado	Proporção no resultado
<i>Método de equivalência patrimonial:</i>														
Associada:														
OMP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	1.370	29.582	958	811	830	573	-	573	40	12.711	316
Empreendimento conjunto														
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	7.607	1.365	3.752	4	1.702	819	-	819	50	2.603	409
												15.314	726	
Informação financeira												Fração de capital detida		
31 de dezembro de 2015														
Empresa	Atividade	Sede social	Capital social	Ativos corrente	Ativos não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos	Resultado líquido	Outro rendimento integral	Rendimento integral total	%	Valor escriturado	Proporção no resultado
<i>Método de equivalência patrimonial:</i>														
Associada:														
OMP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	2.610	834	29.464	245	1.661	1.186	610	-	610	40 (a)	12.395	322
Empreendimento conjunto														
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	3.000	9.692	1.237	6.542	7	2.988	892	-	892	50	2.193	446
												14.588	768	

(a) A Empresa concedeu uma opção de venda de 5% desta participação.

Associadas

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empresas associadas” no período findo em 30 de junho de 2016 foi o seguinte:

Participações financeiras em associadas	
A 1 de janeiro de 2015	10.829
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	322
Outros	1.244
A 31 de dezembro de 2015	12.395
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	316
A 30 de junho de 2016	12.711

O valor proporcional do resultado na OMIP, SGPS inclui o efeito do ajustamento proveniente de alterações às Demonstrações Financeiras do ano anterior, efetuadas após aplicação do método de equivalência patrimonial.

Empreendimentos conjuntos

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empreendimentos conjuntos” no período findo em 30 de junho de 2016 foi o seguinte:

Participações financeiras em empreendimentos conjuntos	
A 1 de janeiro de 2015	1.747
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	446
A 31 de dezembro de 2015	2.193
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	409
A 30 de junho de 2016	2.603

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a informação financeira relativa ao empreendimento conjunto detido detalha-se da seguinte forma:

	Informação financeira						
	30 de junho de 2016						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	5.231	6	4	(240)	-	(1)	(237)

	Informação financeira						
	31 de dezembro de 2015						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	6.479	6	7	(93)	7	(2)	(108)

7 Imposto sobre o rendimento

A REN é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 75% do seu capital, os quais devem conferir mais de 50% dos direitos de voto, e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2016.

No exercício de 2016 e em conformidade com a Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março, o Grupo é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 21%, que será acrescida de uma derrama municipal de um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e uma derrama estadual de (i) 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1.500 milhares de Euros e 7.500 milhares de Euros, de (ii) 5,0% aplicável sobre lucro tributável entre 7.500 milhares de Euros e 35.000 milhares de Euros e de (iii) 7,0% para lucros tributáveis que excedam 35.000 milhares de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de, aproximadamente, 29,5%.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 30 de junho de 2016 foi atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação utilizando uma taxa média face às perspectivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015 são detalhados como se segue:

	jun 2016	jun 2015
Imposto corrente	28.188	26.197
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(270)	(932)
Imposto diferido	(2.827)	(7.917)
Imposto sobre o rendimento	25.091	17.348

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme se segue:

	jun 2016	jun 2015
Resultado antes de impostos	91.559	105.345
Diferenças permanentes:		
Variações patrimoniais positivas/(negativas)	-	30
Gastos não dedutíveis	455	1.210
Rendimentos não tributáveis	(11.928)	(7.749)
Diferenças temporárias:		
Desvios tarifários	12.160	(9.047)
Provisões e imparidades	38	273
Reavaliações (incluídas no custo considerado dos ativos intangíveis)	2.890	2.589
Obrigações de benefícios de reforma e outros	(2.466)	(1.089)
Instrumentos financeiros derivados	10.125	639
Outros	(29)	-
Lucro tributável	102.804	92.200
Impostos sobre o rendimento	21.589	19.362
Derrama estadual sobre o lucro tributável	4.747	4.924
Derrama municipal	1.473	1.514
Tributações autónomas	378	396
Imposto corrente	28.188	26.197
Imposto diferido	(2.827)	(7.917)
Imposto diferido	(2.827)	(7.917)
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(270)	(932)
Gasto com impostos sobre o rendimento	25.091	17.348
Taxa efetiva de imposto	27,4%	16,5%

Imposto sobre o rendimento

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” a pagar e a receber é detalhada no quadro seguinte:

	jun 2016	dez 2015
<u>Imposto sobre o rendimento do exercício:</u>		
Imposto estimado	-	(42.978)
Pagamentos por conta	-	43.175
Retenções na fonte por terceiros	-	5.162
Imposto a recuperar do exercício anterior	6.240	-
Imposto a receber	6.240	5.358
Imposto estimado	28.188	-
Pagamentos por conta	(30)	-
Retenções na fonte por terceiros	151	-
Imposto a pagar	28.309	-

Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	jun 2016	jun 2015
<u>Impacto na demonstração dos resultados:</u>		
Ativos por impostos diferidos	(1.410)	6.357
Passivos por impostos diferidos	4.237	1.560
	<u>2.827</u>	<u>7.917</u>
<u>Impactos no capital próprio:</u>		
Ativos por impostos diferidos	2.960	(3.595)
Passivos por impostos diferidos	(2.841)	4.187
	<u>119</u>	<u>592</u>
Impacto líquido dos impostos diferidos	<u>2.946</u>	<u>8.509</u>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como se segue:

Evolução dos ativos por impostos diferidos - junho 2016

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Imparidade de ativos reavaliados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2016	1.873	37.462	13.761	2.382	10.182	178	65.838
Aumento/reversão por capital	-	25	-	2.935	-	-	2.960
Reversão por resultados	-	(715)	(414)	-	(297)	(8)	(1.435)
Aumento por resultados	19	-	-	6	-	-	25
Movimento do período	<u>19</u>	<u>(690)</u>	<u>(414)</u>	<u>2.941</u>	<u>(297)</u>	<u>(8)</u>	<u>1.550</u>
A 30 de junho de 2016	<u>1.892</u>	<u>36.773</u>	<u>13.347</u>	<u>5.323</u>	<u>9.884</u>	<u>170</u>	<u>67.389</u>

Evolução dos ativos por impostos diferidos - dezembro 2015

	Provisões e imparidades	Benefícios de reforma	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Imparidade de ativos reavaliados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2015	1.818	36.715	22.275	5.175	-	-	65.982
Aumento/reversão por capital	-	1.821	-	(2.793)	-	-	(972)
Reversão por resultados	(117)	(1.683)	(8.749)	-	-	-	(10.550)
Aumento por resultados	173	610	235	-	10.182	178	11.378
Movimento do período	<u>56</u>	<u>747</u>	<u>(8.514)</u>	<u>(2.793)</u>	<u>10.182</u>	<u>178</u>	<u>(144)</u>
A 31 de dezembro de 2015	<u>1.873</u>	<u>37.462</u>	<u>13.761</u>	<u>2.382</u>	<u>10.182</u>	<u>178</u>	<u>65.838</u>

Em 30 de junho de 2016 os ativos por impostos diferidos referem-se majoritariamente às obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados e aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios.

Evolução dos passivos por impostos diferidos - junho 2016

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Instrumentos financeiros derivados	Justo valor de ativos disponíveis para venda	Total
A 1 de janeiro de 2016	52.930	26.645	9	8.665	88.249
Aumento/reversão por capital	-	-	-	2.841	2.841
Reversão por resultados	(3.101)	(1.126)	(9)	-	(4.237)
Movimentos do período	(3.101)	(1.126)	(9)	2.841	(1.396)
A 30 de junho de 2016	49.829	25.519	-	11.506	86.853

Evolução dos passivos por impostos diferidos - dezembro 2015

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Instrumentos financeiros derivados	Justo valor de ativos disponíveis para venda	Total
A 1 de janeiro de 2015	54.246	26.659	-	11.365	92.270
Aumento/reversão por capital	-	-	-	(2.700)	(2.700)
Reversão por resultados	(1.316)	(14)	-	-	(1.330)
Constituição por resultados	-	-	9	-	9
Movimentos do período	(1.316)	(14)	9	(2.700)	(4.021)
A 31 de dezembro de 2015	52.930	26.645	9	8.665	88.249

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

Os diplomas legais na base das reavaliações foram os seguintes:

Diplomas legais (Reavaliações)	
Segmento eletricidade	Segmento gás natural
Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 140/2006
Decreto-Lei nº 399-G/81	
Decreto-Lei nº 219/82	
Decreto-Lei nº 171/85	
Decreto-Lei nº 118-B/86	
Decreto-Lei nº 111/88	
Decreto-Lei nº 7/91	
Decreto-Lei nº 49/91	
Decreto-Lei nº 264/92	

8 Ativos e passivos financeiros

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com as categorias da IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

Junho de 2016

	Notas	Cientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	68.405	68.405	68.405
Cientes e outras contas a receber	10	461.213	-	-	-	-	-	461.213	461.213
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	1.345	10	1.355	1.355
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	159.981	-	-	159.981	159.981
Imposto sobre o rendimento a receber	7	-	-	-	-	-	6.240	6.240	6.240
Instrumentos financeiros derivados	11	-	35.933	-	-	-	-	35.933	35.933
Total ativos financeiros		461.213	35.933	-	159.981	1.345	74.655	733.127	733.127
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.636.998	2.636.998	2.724.276
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	308.991	308.991	308.991
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	-	-	-	-	-	28.309	28.309	28.309
Instrumentos financeiros derivados	11	-	21.170	1.842	-	-	-	23.013	23.013
Total passivos financeiros		-	21.170	1.842	-	-	2.974.299	2.997.312	3.084.589

Dezembro de 2015

	Notas	Cientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	63.652	63.652	63.652
Cientes e outras contas a receber	10	397.442	-	-	-	-	-	397.442	397.442
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	1.510	7	1.517	1.517
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	154.862	-	-	154.862	154.862
Imposto sobre o rendimento a receber	7	5.358	-	-	-	-	-	5.358	5.358
Instrumentos financeiros derivados	11	-	9.284	872	-	-	-	10.157	10.157
Total ativos financeiros		402.800	9.284	872	154.862	1.510	63.659	632.988	632.988
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.542.000	2.542.000	2.610.072
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	337.701	337.701	337.701
Instrumentos financeiros derivados	11	-	14.344	-	-	-	-	14.344	14.344
Total passivos financeiros		-	14.344	-	-	-	2.879.700	2.894.044	2.962.117

A rubrica de “Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados”, no montante de 1.345 milhares de Euros, corresponde ao investimento financeiro do Grupo no fundo fechado “Luso Carbon Fund”, com um prazo de maturidade de dez anos com início em 2006.

Os empréstimos obtidos, tal como referido na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, são mensurados, no reconhecimento inicial ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, exceto relativamente aos quais tenha sido contratado derivado de cobertura de justo valor (Nota 11), caso em que se encontram mensurados ao justo valor. Não obstante, a REN procede à divulgação do justo valor da rubrica de Empréstimos obtidos na sua totalidade, tendo por base um conjunto de dados observáveis relevantes, os quais se enquadram no nível 2 da hierarquia do justo valor.

O justo valor dos empréstimos obtidos e derivados são calculados pelo método dos *cash flows* descontados, utilizando a curva de taxa de juro da data da demonstração da posição financeira, de acordo com as características de cada empréstimo.

O intervalo de taxas de mercado utilizado para cálculo do justo valor varia entre -0,293% e 0,746% (maturidades de um dia e quinze anos, respetivamente).

O justo valor dos empréstimos contraídos pelo Grupo em 30 de junho de 2016 é de 2.724.276 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 2.610.072 milhares de Euros), dos quais 416.146 milhares de Euros se encontram registados ao custo amortizado e incluem um elemento de justo valor resultante de movimentos na taxa de juro (em 31 de dezembro de 2015 era de 396.964 milhares de Euros).

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 30 de junho de 2016, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação; e
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	Participações	108.526	47.786	-	156.312
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	17.034	-	17.034
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de justo valor	-	18.898	-	18.898
Outros investimentos financeiros	Fundo de Tesouraria	1.345	-	-	1.345
		109.871	83.719	-	193.590
Passivos:					
Passivos financeiros ao justo valor	Empréstimos obtidos	-	416.146	-	416.146
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	21.170	-	21.170
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	-	1.842	-	1.842
		-	439.159	-	439.159
		109.871	(355.440)	-	(245.569)

Relativamente aos saldos de contas a receber e contas a pagar correntes o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor.

As contas a pagar e receber não correntes referem-se, essencialmente, aos desvios tarifários cujos valores são publicados pela ERSE e o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor, na medida em que os mesmos incorporam um efeito

financeiro associado ao valor temporal do dinheiro, sendo incorporados nas tarifas nos dois anos subsequentes.

Gestão de riscos financeiros

Desde o último período anual de reporte até à data de 30 de junho de 2016, não se verificaram alterações significativas na gestão dos riscos financeiros da Empresa comparativamente aos riscos já divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015. A descrição dos riscos pode ser consultada na Nota 4 - Políticas de Gestão do Risco Financeiro das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

9 Ativos disponíveis para venda

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital próprio detidos em entidades consideradas estratégicas pelo Grupo. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	Sede social			Valor contabilístico	
	Localidade	País	% detida	jun 2016	dez 2015
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Pólo Espanhol)	Madrid	Espanha	10,00%	3.167	3.167
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	Madrid	Espanha	1,00%	108.526	104.384
MedGrid SAS	Paris	França	8,00%	600	600
Hidroeléctrica de Cahora Bassa	Maputo	Moçambique	7,50%	47.786	47.104
Coreso, S.A.	Bruxelas	Bélgica	10,00%	208	208
MIBGAS, S.A.	Madrid	Espanha	6,67%	202	-
Imparidade					
MedGrid SAS				(508)	(600)
				159.981	154.862

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	Med Grid	HCB	REE	ENAGAS	Coreso	MIBGAS	Total
1 de janeiro de 2015	3.167	600	41.572	99.104	62.530	-	-	206.973
Aquisições	-	-	-	-	-	208	-	208
Ajustamento de justo valor	-	-	5.532	5.279	748	-	-	11.559
Alienações	-	-	-	-	(63.278)	-	-	(63.278)
Perda por imparidade	-	(600)	-	-	-	-	-	(600)
31 de dezembro de 2015	3.167	-	47.104	104.384	-	208	-	154.862
1 de janeiro de 2016	3.167	-	47.104	104.384	-	208	-	154.862
Aquisições	-	-	-	-	-	-	202	202
Ajustamento de justo valor	-	-	682	4.142	-	-	-	4.824
Reversão de perda por imparidade	-	92	-	-	-	-	-	92
30 de junho de 2016	3.167	92	47.786	108.526	-	208	202	159.981

A Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE") é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. O Grupo adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid

integrando o índice “IBEX 35” e o ativo financeiro foi registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação em 30 de junho de 2016.

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 a REN alienou a totalidade das ações detidas na Enagás, representativas de 1% do respetivo capital ao seu valor de mercado, pelo montante total de 63.278 milhares de Euros, tendo gerado uma mais-valia de 20.083 milhares de Euros (Nota 20).

A REN é detentora de 8% do capital social da Medgrid, SAS. Este projeto é um consórcio internacional, que promove e facilita o desenvolvimento das redes de interligação do Mediterrâneo, permitindo o transporte para a Europa de eletricidade renovável produzida em África.

A REN é detentora de 2.060.661.943 acções representativas de 7,5 % na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”) do capital social e direito de voto da HCB, sociedade de direito moçambicano, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012, entre a REN a Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. a CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a EDM - Electricidade de Moçambique, EP. Esta participação foi inicialmente registada pelo seu custo de aquisição (38.400 milhares de Euros) e posteriormente ajustada para o seu justo valor.

A REN detém uma participação financeira do capital social da Coreso, participada também por importantes TSO Europeus que, como iniciativa de Coordenação de Segurança Regional (RSCI), assiste os TSO no fornecimento de eletricidade em segurança na Europa. Neste contexto, a Coreso desenvolve e executa atividades de planeamento operacional que envolvem a análise e coordenação da rede regional Europeia de eletricidade, com foco na coordenação de serviços, variando desde a coordenação com vários dias de antecedência até perto do tempo real.

Em 30 de junho de 2016, a REN é ainda detentora de uma participação de 6,67%, adquirida no decorrer do primeiro semestre de 2016, do capital social do MIBGAS, S.A., sociedade gestora do mercado organizado de gás, o qual é responsável pelo desenvolvimento das atividades de operador de mercado grossista de gás natural na Península Ibérica.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI), e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a

Empresa adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.167 milhares de Euros.

Na medida em que não existe um preço de mercado disponível para os investimentos nas empresas MedGrid, OMEL, Coreso e MIBGAS, e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transações comparáveis, estas participações encontram-se refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em 30 de junho de 2016, encontra-se reconhecida uma perda por imparidade, referente à participação da Medgrid, S.A.S., no montante de 508 milhares de Euros, derivado desta sociedade se encontrar em processo de dissolução.

Relativamente aos investimentos detidos na OMEL, Coreso e MIBGAS não existe na data de relato qualquer indício de imparidade.

Os ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados em capital próprio na rubrica reserva de justo valor que em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 apresenta os seguintes montantes:

	Reserva de justo valor (Nota 13)
1 de janeiro de 2015	60.313
Variação de justo valor	11.559
Alienações	(20.083)
Efeito fiscal	2.700
31 de dezembro de 2015	54.489
1 de janeiro de 2016	54.489
Variação de justo valor	4.824
Efeito fiscal	(2.841)
30 de junho de 2016	56.472

No decorrer do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 os dividendos atribuídos ao Grupo foram como se segue:

	jun 2016	jun 2015
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	3.140	2.934
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Pólo Espanhol)	41	76
Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. ("HCB")	1.079	1.026
	4.260	4.036

Estes montantes foram reconhecidos em rendimentos financeiros na demonstração consolidada dos resultados, tendo sido recebidos 2.326 milhares de Euros durante o primeiro semestre de 2016 (1.203 milhares de Euros no primeiro semestre de 2015).

10 Clientes e outras contas a receber

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o detalhe da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” é o seguinte:

	jun 2016			dez 2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes e outras contas a receber	257.905	155	258.060	184.253	155	184.409
Imparidade de clientes e contas a receber	(843)	-	(843)	(927)	-	(927)
Clientes - Valor líquido	<u>257.062</u>	<u>155</u>	<u>257.217</u>	<u>183.326</u>	<u>155</u>	<u>183.482</u>
Desvios tarifários	92.864	99.833	192.697	72.302	133.521	205.823
Estado e Outros Entes Públicos	11.299	-	11.299	8.137	-	8.137
Clientes e outras contas a receber	361.225	99.988	461.213	263.766	133.676	397.442

Na composição dos saldos das contas a receber de clientes assume particular relevância: (i) o montante em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 67.281 milhares de Euros (57.787 milhares em 31 de dezembro de 2015); (ii) da Galp, o qual ascende a 19.102 milhares de Euros (11.248 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015); e (iii) o montante a receber de 75.000 milhares de Euros, tal como definido pelo regulador ERSE, no quadro das medidas de sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional.

No saldo das contas a receber de clientes, destaca-se ainda a faturação não emitida da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade), no montante de 11.257 milhares de Euros (20.325 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015) e o montante a faturar à EDP Distribuição de Energia, S.A., de 5.664 milhares de Euros (5.922 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015), relativos aos CMEC. Esta transação configura-se como uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Os movimentos ocorridos na imparidade de clientes e outras contas a receber detalha-se como se segue:

	jun 2016	dez2015
Saldo inicial	(927)	(844)
Aumentos	-	(83)
Utilizações	56	-
Reversões	28	-
Saldo final	(843)	(927)

11 Instrumentos financeiros derivados

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	Nocional	31 de junho de 2016			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swap de taxa de juro	569.231 mEUR	-	-	3.033	18.137
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000 mJPY	-	17.034	-	-
		-	17.034	3.033	18.137
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	400.000 mEUR	-	18.898	-	-
		-	18.898	-	-
Derivados de negociação	60.000 mEUR	-	-	-	1.842
Instrumentos financeiros derivados		-	35.933	3.033	19.980

	Nocional	31 de dezembro de 2015			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swap de taxa de juro	569.231 mEUR	-	2.728	5.918	2.409
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000 mJPY	-	1.068	-	-
		-	3.796	5.918	2.409
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swap de taxa de juro	400.000 mEUR	-	5.489	-	6.017
		-	5.489	-	6.017
Derivados de negociação		-	872	-	-
	60.000 mEUR	-	872	-	-
Instrumentos financeiros derivados		-	10.157	5.918	8.426

A valorização da carteira de instrumentos financeiros derivados é baseada em avaliações de justo valor efetuadas por entidades externas especializadas.

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a contratos *swap* de taxa de juro e *cross currency swap*, contratados pelo Grupo com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e câmbio futuras, cujas contrapartes são instituições financeiras internacionais com uma sólida notação de risco e instituições nacionais de primeira linha.

Estão incluídos nos valores apresentados o valor dos juros corridos, a receber ou a pagar à data de 30 de junho de 2016, relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido a receber de 1.663 milhares de Euros (à data de 31 de dezembro de 2015 era de 1.497 milhares de Euros a receber).

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 eram as seguintes:

	Nocional de referência	Moeda	REN paga	REN recebe	Vencimento	Justo valor em jun 2016	Justo valor em dez 2015
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa							
Swap de taxa de juro	569 231 mEuros	EUR	[1,89%;2,77%]	[-0,26%;0,00%] - Taxas variáveis	[dez-2016; dez-2024]	(21.170)	(5.599)
Swap de taxa de câmbio e de juro	10 000 000 mJPY / 72 899 mEuros	EUR/JPY	5,64% (taxa variável a partir de 2019)	2,71%	2024	17.034	1.068
						(4.136)	(4.531)
Derivados designados como cobertura de justo valor							
Swap de taxa de juro	400 000 mEuros	EUR	[-0,11%;0,20%] - taxas variáveis	[0,61%;1,72%]	[out-2020; fev-2025]	18.898	(529)
						18.898	(529)
Derivados designados como negociação							
Swap de taxa de juro	60 000 mEuros	EUR	taxas variáveis a fixar no futuro	[0,00%;0,99%]	2024	(1.842)	872
						(1.842)	872
					Total	12.920	(4.187)

A periodicidade dos fluxos pagos e recebidos da carteira de instrumentos financeiros derivados é trimestral e semestral para os contratos de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, semestral e anual para os derivados designados como de cobertura de justo valor e semestral para o derivado de negociação.

O escalonamento do nocional de referência dos derivados de cobertura de fluxos de caixa e de justo valor em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é apresentado no quadro seguinte:

Junho 2016

	2016	2017	2018	2019	2020	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro designados como cobertura de fluxos de caixa	205.769	63.462	-	-	-	300.000	569.231
Swaps de taxa de juro e câmbio designados como cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	72.899	72.899
Swaps de taxa de juro designados como cobertura de justo valor	-	-	-	-	100.000	300.000	400.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	60.000	60.000
Total	205.769	63.462	-	-	100.000	732.899	1.102.130

Dezembro 2015

	2016	2017	2018	2019	2020	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro designados como cobertura de fluxos de caixa	205.769	63.462	-	-	-	300.000	569.231
Swaps de taxa de juro e câmbio designados como cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	72.899	72.899
Swaps de taxa de juro designados como cobertura de justo valor	-	-	-	-	-	400.000	400.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	60.000	60.000
Total	205.769	63.462	-	-	-	832.899	1.102.130

Swaps:**Cobertura de fluxos de caixa**

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de dívida, através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

O nocional dos derivados de cobertura de fluxos de caixa é, à data de 30 de junho de 2016, de 569.231 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 569.231 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos *swaps* de taxa de juro, em 30 de junho de 2016, é de 21.170 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2015 era de 5.599 milhares de Euros negativos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de junho de 2019, o objetivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto.

De referir que são registados na demonstração dos resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do *cross currency swap* a 30 de junho de 2016 é de 17.034 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2015 era de 1.068 milhares de Euros positivos).

O efeito cambial do subjacente (empréstimo), em 30 de junho de 2016, foi desfavorável no montante de 11.386 milhares de Euros, tendo sido compensado pelo efeito favorável do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício (em 30 de junho de 2015 foi desfavorável em 4.131 milhares de Euros).

A componente ineficaz relativa à cobertura de justo valor registada na demonstração da posição financeira foi de 6.757 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2015 era de 3.792 milhares de Euros positivos).

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é de 25.317 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 11.342 milhares de Euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura (Nota 13) foram os seguintes:

	Justo valor	Imposto diferido	Reserva cobertura
1 de janeiro de 2015	(24.644)	5.175	(19.468)
Varição de justo valor e ineficácia	13.302	(2.793)	10.509
31 de dezembro de 2015	(11.342)	2.382	(8.960)
1 de janeiro de 2016	(11.342)	2.382	(8.960)
Varição de justo valor e ineficácia	(13.976)	2.935	(11.041)
30 de junho de 2016	(25.317)	5.317	(20.001)

Cobertura de justo valor

O Grupo procede à cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros a taxa fixa decorrentes das emissões de dívida efetuadas através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa variável e recebe uma taxa fixa.

O nocional dos derivados designados como cobertura de justo valor, em 30 de junho de 2016, de 400.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 400.000 milhares de Euros). O risco correspondente à variação do justo valor da dívida atribuíveis a movimentos nas taxas de juro de mercado. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro fixa em taxa de juro variável, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. Em 30 de junho de 2016, o justo valor destes *swaps* de taxa de juro é de 18.898 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2015 era de 529 milhares de Euros negativos).

As alterações de justo valor da dívida emitida decorrente do risco de taxa de juro são reconhecidas em resultados, por forma a compensar a variação de justo valor do instrumento

de cobertura na demonstração dos resultados do exercício. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, a alteração de justo valor da emissão de dívida relativa ao risco de taxa de juro reconhecida em resultados foi de 19.183 milhares de Euros negativos (em 30 de junho de 2015 era de 21.573 milhares de Euros positivos), resultando numa componente ineficaz de cerca de 98 milhares de Euros positivos (em 30 de junho de 2015 era de 2.716 milhares de Euros positivos).

Derivados de Negociação

O Grupo detém um *forward start swap* de taxa de juro com data de início em 2019 e maturidade em 2024, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

Este instrumento, apesar de não designado como de cobertura de acordo com a IAS 39, encontra-se a efetuar a cobertura económica do risco de flutuação das taxas de juro futuras para o período considerado.

O nocional deste derivado de negociação é, à data de 30 de junho de 2016, de 60.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2015 era de 60.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos futuros de juros à taxa variável decorrente dos passivos financeiros do Grupo. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os fluxos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor do derivado de negociação, em 30 de junho de 2016, é de 1.842 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2015 era de 872 milhares de Euros positivos).

As variações de justo valor do derivado de negociação são registadas diretamente em resultados do exercício. O impacto nos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, relativo ao efeito do justo valor do derivado de negociação, foi um gasto de 2.715 milhares de Euros (no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 foi registado um rendimento de 1.818 milhares de Euros).

12 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	jun 2016	dez 2015
Caixa	21	-
Depósitos bancários	68.384	63.652
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	68.405	63.652
Descobertos bancários (Nota 14)	(2.121)	(113)
Caixa e equivalentes de caixa nos fluxos de caixa	66.283	63.539

13 Capital social e ações próprias

Capital social

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 534.000.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Número de ações	Capital social
Capital Social	534.000.000	534.000

Ações próprias

Em 30 de junho de 2016, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Percentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,73%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Reservas e resultados acumulados

A rubrica de “Reservas”, no montante de 320.753 milhares de Euros, inclui:

- Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 30 de junho de 2016 esta rubrica ascende a 106.800 milhares de Euros;
- Reservas de justo valor: inclui as variações de justo valor dos ativos financeiros detidos para venda (56.472 milhares de Euros positivos), conforme detalhado na Nota 9;
- Reserva de cobertura: inclui as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é efetiva (20.001 milhares de Euros negativos), os quais encontram-se detalhados na Nota 11; e
- Outras reservas: Esta rubrica é movimentada pela (i) aplicação dos resultados dos exercícios, sendo passível de distribuição aos acionistas, exceto quanto à limitação definida pelo Código das Sociedades Comerciais no que respeita às ações próprias, e (ii) variações de capital próprio de entidades participadas, registadas pelo método de equivalência patrimonial. Em 30 de junho de 2016, esta rubrica ascende a 177.482 milhares de Euros.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal: (i) os incrementos decorrentes da adoção de justo valor (reservas de justo valor e reservas de cobertura) apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso; e (ii) os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios quando sejam realizados. A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reservas legais.

14 Empréstimos obtidos

A alocação dos empréstimos quanto à sua maturidade (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, é como se segue:

	jun 2016			dez 2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	330.000	1.485.546	1.815.546	330.000	1.205.719	1.535.719
Empréstimos bancários	58.084	546.494	604.577	57.860	560.627	618.487
Papel Comercial	133.000	99.500	232.500	236.000	129.000	365.000
Descobertos bancários (Nota 12)	2.121	-	2.121	113	-	113
Locações financeiras	1.118	1.429	2.547	1.183	1.883	3.066
	524.323	2.132.969	2.657.292	625.156	1.897.229	2.522.385
Juros a pagar - empréstimos	23.148	-	23.148	29.860	-	29.860
Juros pagos (antecipação)	(7.827)	(35.615)	(43.441)	(4.262)	(5.984)	(10.246)
Empréstimos	539.644	2.097.355	2.636.998	650.755	1.891.245	2.542.000

Os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Anos seguintes	Total
Dívida - Não Corrente	-	34.727	242.264	179.052	382.660	87.752	1.206.500	2.132.956
Dívida - Corrente	480.203	44.133	-	-	-	-	-	524.336
	480.203	78.861	242.264	179.052	382.660	87.752	1.206.500	2.657.292

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas em 30 de junho de 2016 é o seguinte:

jun 2016					
Data da Emissão	Data de Reembolso	Montante	Taxa de juro	Periodicidade de pagamento de juros	
Emissões privadas REN SGPS					
Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'					
26-06-2009	26-06-2024	mJPY 10.000.000 (i)	Taxa fixa (ii)	Semestral	
21-09-2012	21-09-2016	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 6,25%	Semestral	
16-01-2013	16-01-2020	mEUR 150.000 (i)	Taxa variável	Trimestral	
31-01-2013	31-01-2018	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 4,125%	Anual	
17-10-2013	16-10-2020	mEUR 400.000	Taxa fixa EUR 4,75% (ii)	Anual	
12-02-2015	12-02-2025	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 2,50% (ii)	Anual	
01-06-2016	01-06-2023	mEUR 550.000	Taxa fixa EUR 1,75%	Anual	

(i) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

(ii) Estas emissões têm associados swaps de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio

O grupo detém cinco programas de papel comercial no valor de 1.000.000 milhares de Euros, estando disponíveis 767.500 milhares de Euros. Do valor total dos programas de papel comercial, 600.000 milhares de Euros possuem garantia de colocação.

Os empréstimos bancários são constituídos na sua maioria (540.259 milhares de Euros) por empréstimos do BEI - Banco Europeu de Investimento.

À data de 30 de junho de 2016, o Grupo procedeu a uma nova emissão obrigacionista no montante de 550.000 milhares de Euros com um cupão associado de 1,750% com vencimento em Junho de 2023 no âmbito do *Euro Medium Term Programme*. Esta emissão permitiu o refinanciamento, através de uma *Exchange Offer*, das seguintes emissões obrigacionistas:

- cerca de 137.200 milhares de Euros da emissão total de 300.000 milhares de Euros com vencimento em janeiro de 2018 emitidas em janeiro de 2013 com cupão associado de 4,125%;
- cerca de €132.245 milhares de Euros da emissão total de 400.000 milhares de Euros com vencimento em outubro de 2020 emitidas em outubro de 2013 com cupão associado de 4,750%.

O refinanciamento dos montantes das emissões obrigacionistas acima referidos não foi registado como um desreconhecimento dos passivos financeiros na medida em que os termos da nova emissão não foram substancialmente modificados.

O Grupo procedeu ao reembolso total do empréstimo com o Bank of China no montante de 10.000 milhares de Euros. Adicionalmente, acordou com o Bank of China uma nova linha de financiamento no montante global de 250.000 milhares de Euros.

O Grupo tem ainda 80.000 milhares de Euros em linhas de crédito contratadas e não utilizadas com vencimentos até um ano, sendo renováveis periodicamente de forma automática (caso não sejam denunciadas nos períodos contratualmente estipulados para o efeito).

Decorrente da cobertura de justo valor existente, sobre emissões de dívida de 400.000 milhares de Euros (Nota 11), foi reconhecida a alteração de justo valor dessas emissões, relativa ao risco de taxa de juro, diretamente em resultados, no montante de 19.183 milhares de Euros negativos (em 30 de junho de 2015 era de 21.573 milhares de Euros positivos).

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes *covenants* principais: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, *Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo). O rácio de *Gearing* do Grupo cumpre confortavelmente os limites definidos contratualmente estando 57% acima do valor mínimo.

Os financiamentos celebrados com o BEI incluem ainda *covenants* relacionados com notações de *rating* e rácios de *gearing* em que o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI, no caso de verificação de notações *rating* abaixo dos níveis estipulados.

O Grupo e as suas subsidiárias são parte em alguns contratos de financiamento e emissões de dívida, que incluem cláusulas de alteração de controlo típicas neste tipo de transações (abrangendo, ainda que de forma não expressa, alterações de controlo em resultado de ofertas públicas de aquisição) e essenciais para a concretização de tais transações no respetivo contexto de mercado. Em qualquer caso, a aplicação prática destas cláusulas é limitada considerando as restrições legais à titularidade de ações da REN.

Segundo normas legais relativas à concorrência, termos contratuais e práticas usuais de mercado nem a REN nem as suas contrapartes em contratos de financiamento estão autorizadas a divulgar outras informações relativamente às características das respetivas operações de financiamento.

Locações

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e o valor atual do passivo das locações financeiras em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são detalhados como se segue:

	jun 2016	dez 2015
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	1.159	1.245
Entre 1 e 5 anos	1.451	1.927
	2.610	3.172
Custos financeiros futuros das locações financeiras	(63)	(106)
Valor actual do passivo das locações financeiras	2.547	3.066
	jun 2016	dez 2015
Valor actual das Locações financeiras		
Até 1 ano	1.118	1.183
Entre 1 e 5 anos	1.429	1.883
	2.547	3.066

15 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte (descrito como “Outros benefícios”). O benefício do prémio de antiguidade é extensível às restantes empresas do Grupo.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	jun 2016	dez 2015
Obrigações na demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	84.554	86.890
Cuidados médicos e outros benefícios	42.284	42.327
	126.838	129.217

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015, foram reconhecidos os seguintes gastos operacionais, relativos a planos de benefícios com os empregados:

	jun 2016	jun 2015
Gastos na demonstração dos resultados (Nota 22)		
Plano de pensões	2.411	2.325
Cuidados médicos e outros benefícios	322	1.729
Plano de seguro de vida	401	9
Total de Gastos na demonstração dos resultados	3.134	4.063

Os valores reportados a 30 de junho de 2016 resultam da projeção da avaliação atuarial efetuada a 31 de dezembro de 2015, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, considerando a estimativa de salários para o ano de 2016.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo dos benefícios pós-emprego, são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	jun 2016	dez 2015
Taxa anual de desconto	2,00%	2,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço) - ao abrigo do ACT	20,00%	20,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada por actos de gestão	20,00%	20,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,80%	2,80%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	0%	0%
Taxa de inflação	1,50%	1,50%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	3,50%	3,50%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	€238	€238
Taxa de crescimento das despesas de gestão	1,50%	1,50%
Idade de reforma (número de anos)	66	66
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

16 Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões durante os períodos apresentados é a seguinte:

	jun 2016	dez 2015
Saldo inicial	6.888	7.316
Aumentos	322	1.444
Reversão	-	(1.746)
Utilizações	(284)	(126)
Saldo final	6.926	6.888
Provisão corrente	912	1.171
Provisão não corrente	6.014	5.717
	6.926	6.888

Em 30 de junho de 2016 a rubrica de provisões refere-se essencialmente à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros e a uma provisão para reestruturação no montante de 416 milhares de Euros no âmbito do processo de reestruturação do Grupo em curso.

17 Fornecedores e outras contas a pagar

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 apresenta o seguinte detalhe:

	jun 2016			dez 2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores conta corrente (Nota 8)	125.279	-	125.279	122.467	-	122.467
Outros credores						
Credores diversos (Nota 8)	64.105	30.025	94.130	45.106	30.293	75.400
Desvios tarifários (Nota 8)	18.120	8.916	27.036	18.327	9.676	28.002
Fornecedores de investimento (Nota 8)	44.989	-	44.989	96.471	-	96.471
Estado e outros entes públicos (Nota 8) (i)	12.961	-	12.961	10.683	-	10.683
Proveitos diferidos						
Subsídios ao investimento	18.112	284.732	302.844	18.004	292.263	310.267
Acréscimos de custos						
Férias e subsídios e outros encargos férias (Nota 8)	4.596	-	4.596	4.677	-	4.677
Fornecedores e outras contas a pagar	288.162	323.673	611.836	315.735	332.232	647.967

(i) Os saldo de estado e outros entes públicos referem-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos

Na composição dos saldos das contas a pagar a fornecedores, onde se incluem créditos diversos no âmbito da atividade do Grupo, destacam-se os seguintes: (i) o montante de 40.055 milhares de Euros, referentes à gestão dos CAE da Turbogás e Tejo Energia (38.363 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015); (ii) o montante de 22.971 milhares de Euros de projetos de investimento ainda não faturados (31.277 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015); (iii) o montante de 11.257 milhares de Euros (20.325 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015) da atividade do Gestor de Mercado (MIBEL - Mercado Ibérico de Eletricidade); e (iv) o montante a faturar pela EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., de 50.664 milhares de Euros (5.522 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2015), relativos aos CMEC, cujo movimento também foi refletido na rubrica de “Clientes e outras contas a receber” (Nota 10). Esta última transação configura uma transação de “Agente” na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Em 30 de junho de 2016, a rubrica “Credores diversos” inclui a responsabilidade referente à contribuição extraordinária sobre o setor energético no montante de 25.938 milhares de Euros (Nota 25) (em 30 de junho de 2015 era de 25.445 milhares de Euros).

18 Vendas e prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados, é detalhado como se segue:

	jun 2016	jun 2015
Vendas de Materiais		
Mercado interno	154	400
	<u>154</u>	<u>400</u>
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Transporte de electricidade e gestão global do sistema	179.797	174.178
Transporte de gás natural	54.546	59.319
Regaseificação	19.081	15.741
Armazenamento de gás natural	12.015	10.590
Rede de telecomunicações	2.448	2.515
Margem do Agente Comercial - REN Trading	1.662	1.512
Outros	857	781
	<u>270.405</u>	<u>264.634</u>
Total das Vendas e Prestações de serviços	<u>270.559</u>	<u>265.034</u>

19 Rendimentos e gastos de construção

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo REN não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão.

O detalhe do rédito e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015 é o seguinte:

	jun 2016	jun 2015
<u>Rendimentos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	30.260	90.979
- Trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros (Nota 5)	1.263	1.139
Encargos de estrutura e gestão (Nota 5)	6.117	6.514
	<u>37.640</u>	<u>98.632</u>
<u>Gastos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	30.260	90.979
	<u>30.260</u>	<u>90.979</u>

20 Outros rendimentos operacionais

A rubrica de “Outros rendimentos operacionais” é apresentada como se segue:

	jun 2016	jun 2015
Reconhecimento de subsídios ao investimento	9.056	8.946
Proveitos suplementares	784	739
Mais-valia na alienação da participação na Enagás (Nota 9)	-	20.083
Outros	422	1.095
	10.262	30.863

21 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015 apresentava o seguinte detalhe:

	jun 2016	jun 2015
Subcontratos de transporte de gás	1.647	1.735
Custos de manutenção	2.713	3.007
Comissões a entidades externas i)	3.806	4.558
Custos de interligação - "cross border" ii)	582	-
Custos com energia eléctrica	2.052	2.114
Custos com seguros	1.597	1.634
Vigilância e segurança	829	825
Deslocações e estadas	598	460
Custos com publicidade e comunicação	452	365
Outros (inferiores a 500 milhares de Euros)	1.771	1.967
	16.047	16.666

- i) As comissões pagas a entidades externas referem-se a trabalhos especializados e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.
- ii) Os custos de interligação - *cross border* - representam o custo das trocas comerciais transfronteiriças.

22 Gastos com pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” é detalhada da seguinte forma:

	jun 2016	jun 2015
Remunerações		
Órgãos sociais	1.191	1.215
Pessoal	16.330	16.135
	<u>17.521</u>	<u>17.350</u>
Encargos sociais e outros gastos		
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 15)	3.134	4.063
Encargos sobre remunerações	3.601	3.610
Custos de acção social	45	20
Outros	775	1.190
	<u>7.555</u>	<u>8.883</u>
Total de Gastos com o pessoal	<u>25.075</u>	<u>26.233</u>

As remunerações dos órgãos sociais incluem as remunerações do Conselho de Administração da REN SGPS e as remunerações auferidas pela Mesa da Assembleia Geral.

23 Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de “Outros gastos operacionais” é como se segue:

	jun 2016	jun 2015
Custos de funcionamento da ERSE i)	4.870	4.605
Donativos	70	33
Impostos	515	409
Quotizações	744	808
Outros	467	363
	<u>6.665</u>	<u>6.218</u>

i) A rubrica de custos de funcionamento da ERSE, refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de eletricidade e do gás.

24 Gastos de financiamento e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos é como se segue:

	jun 2016	jun 2015
Gastos de financiamento		
Juros suportados	47.189	53.264
Instrumentos financeiros derivados	2.715	1.627
Perdas em outros ativos financeiros	165	15
Outros gastos financeiros	695	199
	50.763	55.105
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	3.072	1.914
Instrumentos financeiros derivados	1.296	4.553
	4.368	6.467

25 Contribuição extraordinária sobre o setor energético

A Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro veio introduzir uma contribuição específica sobre as entidades que operam no ramo da energia, denominada Contribuição Extraordinária sobre o Sector energético (CESE), tendo sido prorrogada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, e Lei nº 159-C/2015, de 30 de dezembro, para os exercícios de 2015 e 2016, respetivamente.

O regime criado visa financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector, através da constituição de um fundo com o principal objetivo de redução do défice tarifário. Encontram-se sujeitas a este regime, entre outras, as entidades que sejam concessionárias das atividades de transporte ou de distribuição de eletricidade e gás natural.

O cálculo da CESE incide sobre o valor dos elementos do ativo com referência ao primeiro dia do exercício económico de 2016 (1 de janeiro de 2016) que respeitem, cumulativamente, a Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, com exceção dos elementos da propriedade industrial, e Ativos financeiros afetos a concessões ou a atividades Licenciadas. No caso das atividades reguladas, a CESE incide sobre o valor dos ativos regulados, (i.e. o valor reconhecido pela ERSE para efeitos de apuramento dos proveitos permitidos, com referência a 1 de Janeiro de 2016) caso este seja superior ao valor dos ativos referidos, sobre os quais é aplicada a taxa de 0,85%.

Na medida em que se trata de uma obrigação presente cujos factos originários já ocorreram, tendo tempestividade e quantia certas ou determináveis, a REN reconheceu um passivo no

montante de 25.938 milhares de Euros (Nota 17) (no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 foi de 25.445 milhares de Euros), por contrapartida de um gasto na demonstração consolidada dos resultados.

26 Resultado por ação

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como se segue:

		jun 2016	jun 2015
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	40.530	62.552
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 13)	(2)	534.000.000	534.000.000
Efeito das ações próprias (Nota 13)		<u>3.881.374</u>	<u>3.881.374</u>
Nº de ações no período	(3)	<u>530.118.626</u>	<u>530.118.626</u>
Resultado básico por ação (euro por ação)	(1)/(3)	0,08	0,12

Pelo facto de não existirem situações que originem diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

27 Dividendos por ação

No dia 13 de abril de 2016 foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado de exercício de 2015, no montante de 91.314 milhares de Euros (0,171 Euros por ação), incluindo o dividendo atribuível às ações próprias no montante de 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 90.650 milhares de Euros.

A distribuição de dividendos, apurados em função do resultado consolidado do exercício de 2014, ascendeu a 91.314 milhares de Euros (0,171 Euros por ação). O dividendo atribuível às ações próprias ascendeu a 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 90.650 milhares de Euros.

28 Garantias prestadas

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro 2015, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	jun 2016	dez 2015
BEI	Para garantir empréstimos	302.304	310.419
Direcção Geral de Geologia e Energia	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	20.500	20.500
Juiz de Direito do Tribunal de Comarca	Caucionar a expropriação de terrenos	5.549	5.549
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	2.152	2.152
Operador Mercado Ibérico	Garantir a liquidação da dívida exequenda	-	2.000
Câmara Municipal de Odívelas	Garantia de processos em curso	1.119	1.119
Instituto da Segurança Social	Garantir a liquidação da dívida	511	511
Câmara Municipal de Silves	Garantia de processos em curso	352	352
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão de processo de execução fiscal	205	205
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas, SA	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	200	200
União Europeia	Garantia prestada no âmbito de subsidio ao investimento (Reforço Beira Interior)	177	177
Tribunal do Trabalho de Lisboa	Garantia de processos em curso	153	153
Câmara Municipal de Aveiro	Garantia de processos em curso	87	87
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem de obras	79	84
GSE - Georgian State Electrosystem JSC	Contrato de Prestação de Serviço	-	28
Câmara Municipal de Lisboa	Garantir a suspensão da cobrança da Taxa Municipal	9	-
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Garantir a suspensão de processo de execução	2	2
Alrisa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Contrato de arrendamento urbano	-	15
		333.398	343.553

29 Partes relacionadas

Principais acionistas e ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro 2015, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

	jun 2016		dez 2015	
	Número de ações	%	Número de ações	%
State Grid Europe Limited (Grupo State Grid)	133.500.000	25,00%	133.500.000	25,00%
Mazoon B.V. (Grupo Oman Oil Company S.A.O.C.)	80.100.000	15,00%	80.100.000	15,00%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	28.370.665	5,31%	28.370.665	5,31%
The Capital Group Companies, Inc.	26.792.304	5,02%	-	-
EDP - Energias de Portugal, S.A.	26.707.335	5,00%	26.707.335	5,00%
Red Eléctrica Internacional, S.A.U.	26.700.000	5,00%	26.700.000	5,00%
Gestmin, SGPS, S.A.	12.540.285	2,35%	32.040.000	6,00%
Ações próprias	3.881.374	0,73%	3.881.374	0,73%
Free float	195.408.037	36,59%	202.700.626	37,96%
	534.000.000	100,00%	534.000.000	100,00%

Transações de ações por membros do Conselho de Administração

No decorrer do primeiro semestre de 2016, a sociedade Gestmin, SGPS, S.A. (Gestmin), titular de participação qualificada e parte relacionada com Manuel Champalimaud, membro do Conselho de Administração da REN até 31 de maio de 2016, informou sobre a alienação de um total de 19.499.715 ações representativas do capital social da REN.

Adicionalmente, Jorge Magalhães Correia, membro do Conselho de Administração da REN, em virtude do exercício de membro dos órgãos sociais da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade), titular de participação qualificada, e da sua subsidiária Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (Multicare), informou sobre a transação de compra de 200.000 obrigações da REN, pela Fidelidade, e de venda de 600.000 e 53.500.000 obrigações da REN pela Multicare e Fidelidade, respetivamente.

Para além das transações mencionadas, não ocorreram situações de transações efetuadas por membros dos órgãos sociais, face às demonstrações consolidadas da REN, em 31 de dezembro de 2015.

Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado de acordo com a IAS 24 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do grupo.

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN,SGPS ascenderam a 1.191 milhares de Euros (1.215 milhares de Euros em 30 de junho de 2015) conforme quadro abaixo:

	jun 2016	jun 2015
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	1.191	1.215
	1.191	1.215

Transações com sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício da sua atividade a REN realiza transações com entidades do Grupo ou com entidades em relação de domínio. Os termos e condições praticadas entre a REN e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No processo de consolidação, os montantes relativos às transações realizadas e os saldos por liquidar são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 3.2 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015).

As principais transações realizadas entre empresas do Grupo REN foram: (i) financiamentos e suprimentos concedidos pela Empresa-mãe, no âmbito da gestão corrente dos mesmos; e (ii) serviços partilhados pelo Grupo, nomeadamente, serviços jurídicos, administrativos e de informática.

Saldos e transações com acionistas, empresas associadas e outras partes relacionadas

O Grupo REN efetuou as seguintes transações com acionistas de referência, detentores de participações qualificadas e entidades associadas:

Rendimentos

	jun 2016	jun 2015
<u>Vendas e prestações de serviços</u>		
Faturação emitida - EDP	619.750	470.705
Faturação emitida - OMIP	31	165
Faturação emitida - REE	767	1.673
Faturação emitida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	196	120
<u>Rendimentos financeiros:</u>		
Dividendos:		
REE	3.140	2.934
	623.884	475.598

Os valores apresentados como faturação emitida à EDP referem-se essencialmente à faturação da tarifa do Uso Global do Sistema (UGS) e Transporte de Energia Eléctrica (TEE) que incluem montantes que se configuram como uma transação de agente cujos rendimentos e gastos se encontram compensados na demonstração consolidada dos resultados.

Gastos

	jun 2016	jun 2015
Fornecimentos e serviços externos		
Faturação recebida - EDP	262.368	199.622
Faturação recebida - OMIP	-	173
Faturação recebida - REE	3.671	2.260
Faturação recebida - CMS Rui Pena & Arnaut ¹	43	38
	266.082	202.093

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut.

Os valores apresentados como faturação recebida da EDP são relativos ao papel de intermediário da REN na compra e venda de eletricidade, cujos rendimentos e gastos são compensados na demonstração consolidada dos resultados, por se configurar como uma operação de “agente” do ponto de vista de reconhecimento do rédito.

Saldos

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como se segue:

	jun 2016	dez 2015
Cientes e outras contas a receber		
EDP - clientes	105.988	71.637
EDP - cauções	155	155
EDP - outros devedores	2.404	1.416
OMIP - clientes	20	-
OMIP - outros devedores	18	-
Oman Oil - outros devedores	1	1
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros devedores	-	116
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Clientes	7	8
REE - clientes	245	148
	108.839	73.481
Fornecedores e outras contas a pagar		
EDP - saldo em fornecedores	30.476	8.945
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros credores	94	2
CMS - Rui Pena & Arnaut - saldo em fornecedores ¹	12	6
REE - fornecedores	203	1.188
	30.785	10.141

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut.

30 Eventos subsequentes

Após a data da demonstração da posição financeira, não ocorreram eventos que dessem origem a ajustamentos ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa do semestre findo em 30 de junho de 2016.

O Contabilista Certificado

Susana Neves

O Conselho de Administração

Rodrigo Costa
(Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

Omar Al Wahaibi
(Vogal do Conselho de Administração)

João Faria Conceição
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Jorge Magalhães Correia
(Vogal do Conselho de Administração)

Gonçalo Morais Soares
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

José Luís Arnaut
(Vogal do Conselho de Administração)

Guangchao Zhu
(Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid International Development Limited)

Manuel Sebastião
(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Mengrong Cheng
(Vogal do Conselho de Administração)

Gonçalo Gil Mata
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Longhua Jiang
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria Estela Barbot
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Nota: As restantes folhas do presente Relatório e contas (1º Semestre de 2016) foram rubricadas pela Secretária da Sociedade, Marta Almeida Afonso, e pela Contabilista certificada, Susana Neves.

4. ANEXOS

4.1 Declaração de Conformidade

*DECLARAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 246.º, N.º 1, ALÍNEA C)
DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS*

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 246.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., abaixo identificados nominativamente, subscreveu a seguinte declaração que a seguir se transcreve¹:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 246.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada, que as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no seu perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar relativo ao primeiro semestre de 2016 expõe fielmente a evolução do negócio, o desempenho e posição dessas empresas, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas futuros.

Lisboa, 28 de julho de 2016”

Rodrigo Costa (Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

João Faria Conceição (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Gonçalo Morais Soares (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Guangchao Zhu (Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid Europe Limited)

Mengrong Cheng (Vogal do Conselho de Administração)

Longhua Jiang (Vogal do Conselho de Administração)

Omar Al-Wahaibi (Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Magalhães Correia (Vogal do Conselho de Administração)

José Luis Arnaut (Vogal do Conselho de Administração)

Manuel Sebastião (Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Gonçalo Gil Mata (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Maria Estela Barbot (Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

¹ Os originais das declarações individuais referidas encontram-se disponíveis para consulta na sede da Sociedade.

4.2 Lista de participações qualificadas [Alínea c) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008]

Lista de Titulares de Participações Qualificadas (a 30.06.2016)	N.º de ações	Capital (%)	Direitos de voto (%)
State Grid Corporation of China	133.500.000 ¹	25,0%	25,00%
Oman Oil Company SAOC	80.100.000 ²	15,0%	15,00%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	28.370.665 ³	5,3%	5,31%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	26.707.335 ⁴	5,0%	5,00%
Red Eléctrica Corporación, S.A.	26.700.000 ⁵	5,0%	5,00%
The Capital Group Companies, Inc.	26.792.304 ⁶	5,0%	5,02%
Gestmin, SGPS, S.A.	12.540,285	2,3%	2,35%

Deste modo, nos termos do disposto no artigo 20.º do Cód.VM, com referência a 30 de junho de 2016 e de acordo com as informações transmitidas pelos acionistas e/ou dirigentes, as participações qualificadas de acionistas a que sejam imputáveis direitos de voto correspondentes a, pelo menos, 2% dos direitos de voto inerentes ao capital social da REN são as seguintes:

	N.º de ações	% Direitos de voto
State Grid Corporation of China (através da State Grid Europe Limited)	133.500.000	25,00%
Oman Oil Company SAOC (através da Mazoon B.V.)	80.100.000	15,00%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (inclui 95.816 ações detidas pela Via Directa, 30.000 ações detidas pela CPR, 78.907 detidas pela Fidelidade Assistência e 50.726 detidas pela Multicare)	28.370.665	5,31%
EDP - Energias de Portugal, S.A. (inclui 8.017.335 ações detidas pelo Fundo de Pensões EDP)	26.707.335	5,00% ⁷
Red Eléctrica Corporación, S.A. (através da Red Eléctrica Internacional, S.A.U.)	26,700,000	5,00%
The Capital Group Companies, Inc. (através da Capital Research and Management Company, gestora de fundos e inclui 14.099.780 ações detidas pela SMALLCAP World Fund, Inc.)	26,792,304	5,02%
Gestmin, SGPS, S.A.	12,540,285	2,35% ⁸

¹ Através da State Grid Europe Limited (SGEL), controlada pela State Grid International Development Limited (SGID), que é controlada pela State Grid Corporation of China.

² Através da Mazoon B.V., controlada pela Oman Oil Holding Europe B.V., que é controlada pela Oman Oil Company SAOC.

³ A participação qualificada da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade) inclui (i) 28.115.216 detidas diretamente pela Fidelidade, (ii) 95.816 ações detidas pela Via Direta – Companhia de Seguros, S.A. (Via Direta), (iii) 30.000 ações detidas pela CPR – Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (CPR), sociedades controladas integralmente pela Fidelidade, (iv) 78.907 ações detidas pela Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade Assistência) e (v) 50.726 ações detidas pela Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (Multicare) controladas pela LongRun Portugal, SGPS, SA (Longrun). 84.98% das ações e direitos de voto da Fidelidade são detidos pela LongRun, que por sua vez é detida integralmente pela Millennium Gain Limited, que é detida a 100% pela Fosun Financial Holdings Limited, que por sua vez é integralmente detida pela Fosun International Limited, sociedades às quais são imputáveis as ações acima mencionadas.

⁴ A EDP - Energias de Portugal, S.A. (EDP) detém diretamente 18.690.000 ações e 8.017.335 ações através do Fundo de Pensões EDP, sociedade em relação de grupo com a EDP.

⁵ Através da Red Eléctrica Internacional, S.A.U., que é controlada pela Red Eléctrica Corporación, S.A..

⁶ Através da Capital Research and Management Company, uma sociedade gestora de fundos controlada pela The Capital Group Companies, Inc.. Estas ações não são detidas por conta própria mas por conta dos participantes dos fundos em gestão discricionária. Inclui 14.099.780 ações detidas pela SMALLCAP World Fund, Inc..

⁷ Nos termos do n.º 12 do artigo 12º dos estatutos da REN, a EDP está inibida de exercer quaisquer direitos sociais na assembleia geral da REN em virtude da atividade de comercialização de eletricidade e gás natural.

⁸ Nos termos do n.º 12 do artigo 12º dos estatutos da REN, a Gestmin, SGPS, S.A. está inibida de exercer quaisquer direitos sociais na assembleia geral da REN em virtude da sua participada OZ Energia Gás S.A. exercer a atividade de comercialização de eletricidade e gás natural.

4.3 Valores mobiliários detidos por titulares dos órgãos sociais [Alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008]

Conselho de Administração conforme composição em 30.06.2016

	Conselho de Administração	Aquisições	Onerações	Alienações	N.º de ações em 30.06.2016
Comissão Executiva	Rodrigo Costa	-	-	-	0 (zero)
	João Faria Conceição	-	-	-	500
	Gonçalo Morais Soares	-	-	-	0 (zero)
	Guangchao Zhu - designado pela State Grid International Development Limited	-	-	-	133.500.000 ⁹
	Mengrong Cheng	-	-	-	0 (zero)
	Longhua Jiang	-	-	-	0 (zero)
	Omar Al-Wahaibi	-	-	-	0 (zero)
	Jorge Magalhães Correia	-	-	-	28.370.665 ¹⁰
Comissão de Auditoria	José Luís Arnaut	-	-	-	7.587 ¹¹
	Manuel Sebastião	-	-	-	5.000
	Gonçalo Gil Mata	-	-	-	0 (zero)
	Maria Estela Barbot	-	-	-	0 (zero)

Em 30 de junho de 2016, os membros dos órgãos sociais e de fiscalização da Sociedade, eram titulares das seguintes obrigações emitidas pela REN:

Conselho de Administração	Aquisições	Onerações	Alienações	N.º de obrigações em 30.06.2016
Jorge Magalhães Correia	-	-	-	1.209.000 ¹²

⁹ Guangchao Zhu é Presidente, CEO e membro do Conselho de Administração da State Grid International Development Limited e Presidente do Conselho de Administração da State Grid Europe Limited, titular de uma participação qualificada correspondente a 133.500.000 ações da REN.

¹⁰ Corresponde às ações imputáveis à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., as quais lhe são imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC, em virtude do exercício de Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva dessa sociedade.

¹¹ Titular de 480 ações em nome próprio e 7.107 ações através da sociedade Platinumdetail – Consultoria e Investimentos, Lda., da qual detém a maioria do capital social e onde exerce as funções de gerente.

¹² Inclui 9.000 obrigações em nome próprio e 1.200.000 obrigações detidas pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. sociedade onde exerce o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva.

Durante o 1.º semestre de 2016, a REN foi informada das seguintes transações ocorridas durante o exercício a que este relatório respeita relativamente a ações e obrigações da REN, relevantes para efeitos do artigo 14.º do Regulamento 5/2008 da CMVM e do artigo 447.º do Código dos Valores Mobiliários:

- a) Jorge Magalhães Correia, membro do Conselho de Administração da REN, em virtude do exercício de membro dos órgãos sociais da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Fidelidade), titular de participação qualificada, e da sua subsidiária Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (Multicare), informou sobre a transação de obrigações emitidas pela REN:

Nome	Tipo de transação	Tipo de obrigações	Local	Quantidade	Preço ⁽¹⁾	Data da transação
Fidelidade	Compra	REN, 1.75%, 01/06/2013, CORP	Lisboa	200.000	99,54	27-05-2016
Multicare	Venda	REN, 4.125%, 31/01/2018, CORP	Lisboa	600.000	106,886	31-05-2016
Fidelidade	Venda	REN, 4.125%, 31/01/2018, CORP	Lisboa	53.500.000	106,886	31-05-2016

⁽¹⁾ por transação

- b) A sociedade Gestmin, SGPS, S.A. (Gestmin), titular de participação qualificada e parte relacionada com Manuel Champalimaud, membro do Conselho de Administração da REN até 31 de maio de 2016, informou sobre a transação de ações da REN:

Nome	Tipo de transação	Local	Quantidade	Preço	Data da transação
Gestmin	Venda	OTC	8.054.108	2,860	31-03-2016
Gestmin	Venda	Euronext Lisbon	860.000	2,885	31-03-2016
Manuel Champalimaud	Venda	Euronext Lisbon	280.000	2,885	01-04-2016
Gestmin	Venda	Euronext Lisbon	4.600.000	2,900	04-04-2016
Gestmin	Venda	Euronext Lisbon	3.705.607	2,870	05-04-2016
Gestmin	Venda	Euronext Lisbon	2.000.000	2,690	02-05-2016

4.4 Relatório de revisão limitada elaborado por auditor registado na CMVM sobre a informação semestral consolidada



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA

Ao Conselho de Administração
da REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.

Introdução

1. Procedemos à revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas da REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”) e suas subsidiárias, as quais compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 30 de junho de 2016 (que evidencia um total de 4.622.822 milhares de Euros e um capital próprio consolidado de 1.102.049 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 40.530 milhares de Euros), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do período de seis meses findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas desta informação financeira consolidada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a erro ou a fraude.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre estas demonstrações financeiras consolidadas. A revisão limitada a que procedemos foi efectuada de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Exame Simplificado ISRE 2410, Exame Simplificado de Informação Financeira Intercalar pelo Auditor Independente da Entidade. Aquela norma requer que concluamos sobre se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que a informação financeira, no seu todo, não está preparada, em todos os aspectos materialmente relevantes, em conformidade com a estrutura de relato financeiro aplicável. Esta norma exige igualmente que demos cumprimento a todos os requisitos éticos relevantes.
4. Uma revisão limitada em conformidade com a ISRE 2410 consiste num trabalho destinado a proporcionar um nível de segurança moderada. O auditor executa procedimentos que consistem principalmente em indagações ao Conselho de Administração e a outros no seio da Empresa conforme apropriado, na aplicação de procedimentos analíticos e na avaliação da evidência obtida.
5. Os procedimentos executados numa revisão limitada são substancialmente mais reduzidos do que os procedimentos executados numa auditoria conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre aquela informação financeira consolidada.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada incluída na secção Desempenho Económico e Financeiro com os restantes documentos anteriormente referidos.

“Deloitte” refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respectivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL também referida como “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da DTTL e suas firmas membro consulte <http://www.deloitte.com/pt/about>.

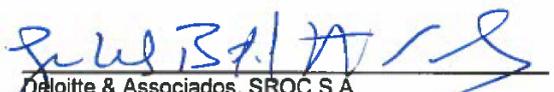
Typo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500 000,00 Euros | CRC Lisboa, Matrícula e NIPC: 501 776 311
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

Página 2 de 2

Conclusão

7. Com base na nossa revisão limitada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima não apresenta de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. e das suas subsidiárias em 30 de junho de 2016, os resultados e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa do período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

Lisboa, 28 de julho de 2016


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

4.5 Relatório e parecer da Comissão de Auditoria sobre informação semestral consolidada

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA (do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016):

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas, a Comissão de Auditoria, durante o primeiro semestre de 2016, acompanhou a evolução da atividade da REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. e empresas participadas, zelou pela observância da lei, regulamentos e contrato de sociedade, supervisionou o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e fiscalizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, a eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos, bem como a independência e atividade do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

A Comissão de Auditoria examinou a informação financeira consolidada contida na secção Desempenho Económico e Financeiro e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do semestre findo em 30 de Junho de 2016 da REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira (que evidencia um ativo total de 4.622.822 milhares de Euros e um capital próprio de 1.102.049 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido consolidado no montante de 40.530 milhares de Euros), nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data e no correspondente Anexo.

A Comissão de Auditoria analisou igualmente o Relatório de Revisão Limitada sobre a referida informação semestral consolidada elaborado pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o qual mereceu o seu acordo.

Face ao exposto, a Comissão de Auditoria é de opinião que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 está de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 28 de julho 2016

A Comissão de Auditoria

Manuel Ramos de Sousa Sebastião

Estela de Magalhães Barbot

Gonçalo Gil Mata

4.6 Contactos

Sendo política da REN facilitar o acesso direto às diversas entidades corporativas do Grupo, são divulgados abaixo os respetivos endereços eletrónicos:

Direção Relações com o Investidor

Ana Fernandes - Diretora
ana.fernandes@ren.pt

Alexandra Martins
alexandra.martins@ren.pt

Telma Mendes
telma.mendes@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
Relações com o Investidor
Avenida dos Estados Unidos da América, 55
1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 46
Telefax: 21 001 31 50
[E-mail: ir@ren.pt](mailto:ir@ren.pt)

Direção Comunicação e Sustentabilidade

Margarida Ferreirinha
margarida.ferreirinha@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
Direção Comunicação e Sustentabilidade
Avenida dos Estados Unidos da América, 55
1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 00
Telefax: 21 001 31 50
[E-mail: comunicacao@ren.pt](mailto:comunicacao@ren.pt)